



Relatório de Assessoria de Imprensa

Período: 30/03/2021 a 31/03/2021





Índice

CNC | RN

FECOMÉRCIO RN / DEES

Para Fecomércio-RN, consumidores devem gastar menos de R\$ 100 nessa Páscoa

Notícias - 30/03/2021 5

Mossoró Notícias | RN

FECOMÉRCIO RN / DEES

Páscoa: mossoroenses devem gastar menos de R\$ 100 com chocolates

Notícias - 30/03/2021 6

Tribuna de Notícias | RN

FECOMÉRCIO RN / SESC RN

Sistema Fecomércio RN leva música e poesia a profissionais de saúde e segurança públicas

Notícias - 30/03/2021 7

Blog da Juliska | RN

FECOMÉRCIO RN / SESC RN

Sesc seleciona mediadores em artes visuais

Notícias - 30/03/2021 8

Tribuna de Notícias | RN

Rio Grande do Norte tem melhor fevereiro em 10 anos

Notícias - 29/03/2021 9

Tribuna do Norte / RN

Estado teve R\$ 750,9 milhões para livre destinação em 2020

Notícias - 31/03/2021 10

Tribuna do Norte / RN

Prévia da carga tributária caiu para 31,64% do PIB

Notícias - 31/03/2021 11

Tribuna do Norte / RN

Ipea projeta crescimento de 3% do PIB em 2021

Notícias - 31/03/2021 12

Estadão | DF

Comissão da reforma faz um ano, não avança, mas ganha sobrevida

Notícias - 31/03/2021 13

Estadão | DF

Silva e Luna descarta cavalo de pau na Petrobrás

Notícias - 31/03/2021 14

Estadão | DF

Impasse trava corte de emendas do Orçamento

Notícias - 31/03/2021 15

Estadão | DF

País criou mais de 400 mil vagas em fevereiro

Notícias - 31/03/2021 16

Estadão | DF

Raízen contrata bancos e pode realizar um dos maiores IPOs da Bolsa brasileira
Notícias - 31/03/2021 17

Estadão | DF

Moda sem gênero cresce e alavanca pequenas marcas
Notícias - 31/03/2021 18

Estadão | DF

Estudo traça mapa de oportunidades na bioeconomia
Notícias - 31/03/2021 19

Folha de São Paulo | DF

Orçamento fictício leva equipe de Guedes a ameaçar nova debandada
Notícias - 31/03/2021 21

Folha de São Paulo | DF

Em novo embate, Guedes quer reduzir verba de Marinho após emendas
Notícias - 31/03/2021 22

Folha de São Paulo | DF

Covid completa um ano de efeitos no mercado de trabalho
Notícias - 31/03/2021 23

Folha de São Paulo | SP

Por que economistas chamam Orçamento de 'peça de ficção'
Notícias - 31/03/2021 24

Folha de São Paulo | SP

Mercado ignora maior crise militar em quase 45 anos, e Bolsa sobre 1,23%
Notícias - 31/03/2021 25

O Globo | DF

Guedes apela a políticos por Orçamento
Notícias - 31/03/2021 26

O Globo | DF

Reedição da MP 936 custará R\$ 10 bi, diz secretário de Guedes
Notícias - 31/03/2021 28

RELATÓRIO

No clipping de hoje destacamos, inicialmente, a matéria do jornal Estadão, na página 16, sobre o número de vagas de emprego criadas em fevereiro. O Brasil criou um total de 401.639 empregos com carteira assinada, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados pelo Ministério da Economia. O resultado decorreu de 1,694 milhão de admissões e 1,292 milhão de demissões. Segundo o governo, esse é o melhor resultado desde 1992. O jornal Tribuna do Norte destaca que o Rio Grande do Norte teve seu melhor mês de fevereiro dos últimos 10 anos. O saldo positivo no estado foi de 1.899 novos empregos, resultado de 14.495 admissões, contra 12.596 demissões, maior crescimento registrado desde 2012. Saiba mais na página 9 do clipping.

O jornal Folha de São Paulo traz texto sobre os efeitos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho no último ano. O mercado formal medido pelo Caged mostrou resiliência e abriu 412 mil vagas de forma líquida nos 12 meses terminados em fevereiro. O único setor impactado de forma negativa foi o de serviços, que depende fortemente da circulação de pessoas, fechando 107 mil no período em meio às restrições de atividades e o isolamento social. O grande campeão nos 12 meses da Covid foi o setor da indústria, com abertura de 175 mil vagas, puxadas sobretudo pela indústria da transformação. Confira detalhes na página 23 do clipping.

O jornal O Globo destaca que a reedição da Medida Provisória 936 custará R\$ 10 bi aos cofres públicos. A medida refere-se ao Programa Emergencial e da Renda (BEm), e pode ficar fora do teto de gastos que limita o aumento das despesas à inflação. Segundo o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, há a possibilidade de financiar a ação por meio de créditos extraordinários, o que não traria implicações para a regra do teto de gastos. A primeira rodada do BEm custou ao governo cerca de 33 bilhões em 2020. O gasto emergencial foi possível porque o país estava oficialmente em calamidade pública, o que suspendeu regras fiscais. Saiba mais na página 28 do clipping.



Imagens dos Clippings (a seguir)

Veículo: CNC - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 30/03/21

Título: Para Fecomércio-RN, consumidores devem gastar menos de R\$ 100 nessa Páscoa **Impacto:** Positivo

Link: <http://cnc.org.br/editorias/sistema-comercio/noticias/para-fecomercio-rn-consumidores-devem-gastar-menos-de-r-100>

Para Fecomércio-RN, consumidores devem gastar menos de R\$ 100 nessa Páscoa

COMPARTILHE



TER, 03/30/2021 - 11:22



O gasto médio em 2021 deve ser 6,7% menor do que o gasto em 2020

Ótávio Divulgação

O feriado religioso da Semana Santa também é marcado pelo costume de presentear com ovos de chocolate e pelo consumo de pescado. Diante disso, o Departamento de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DEES) da Fecomércio-RN realizou a pesquisa de Intenções de Compras para a Páscoa 2021 em Natal e em Mossoró. Os questionários foram aplicados entre os dias 3 e 12 março e em Natal foram ouvidas 607 pessoas; em Mossoró, foram ouvidas 505 pessoas.

Em Natal, o DEES constatou que as pessoas que devem ir às compras são minoria, de 39,2%, índice 19,1 pontos percentuais menor do que o registrado em 2020, quando 58,3% pretendiam comprar. Entre as principais justificativas apresentadas pelos 60,8% dos entrevistados que não irão comprar, estão a falta de dinheiro (49,6%) e a pandemia (45,5%).

Entre os que irão presentear, 92,4% citam que darão chocolates. Brinquedos (6,7%), roupas (3,4%) e alimentos ou bebidas (2,1%) também aparecem entre as opções. Os principais presenteados serão os filhos (56,3%); seguidos do(a) companheiro(a) (26,5%); pai/mãe (18,9%) e sobrinhos (15,1%). Na hora de escolher o presente, serão consideradas principalmente as ofertas e as promoções (61,9%); a marca do produto (23%) e a localização do estabelecimento (4,2%).

Em relação ao gasto médio, o valor deste ano (R\$ 92,15) deve ser 6,7% menor do que o gasto em 2020 (R\$ 98,75). Este valor aumenta para R\$ 130,26 entre os que possuem rendimentos familiares acima de 10 salários mínimos e diminui para R\$ 78,95 entre aqueles com renda mensal abaixo de dois salários mínimos.

Sobre a forma de pagamento, a maioria dos consumidores natalenses que farão compras nesta Páscoa pretendem pagar à vista (65,1%), sobretudo em dinheiro (52,1%) e no cartão de débito (13%). Outros 34% querem usar o crédito para pagar as compras, principalmente na modalidade parcelada (23,5%). A pesquisa identificou que as compras com cartão de crédito devem aumentar 4,3 pontos percentuais em relação ao ano passado, assim como as com cartão de débito, que devem crescer 7,5 pontos percentuais. O pagamento em dinheiro, que em 2020 representava 63,2%, pode cair para 52,1%.

Diante de uma situação de incertezas e dificuldades financeiras, 68,2% dos consumidores pretendem pesquisar preços antes de comprar seus presentes. As compras devem ser feitas nas lojas do comércio de rua (52,1%) e nos shoppings (29,8%); sob encomenda (9,2%) ou on-line (5,5%). Os fatores que mais influenciam na escolha do local de compra são o preço (43,3%); a variedade de produtos (19,7%); a localização (12,2%); a qualidade dos produtos (10,5%) e o atendimento (5,5%). Sendo que 56,9% deles só pretendem comprar na semana que antecede a data.

Por causa das recomendações das autoridades por conta da pandemia, a pesquisa mostra ainda que 94,7% dos consumidores revelaram que não pretendem viajar neste período, índice 12,5 pontos percentuais inferior ao assinalado na pesquisa do ano passado (82,2%). 53% das pessoas disseram que vão ficar em casa com pessoas que moram na mesma residência. Apenas 4% irão para a casa de parentes; 2% para a igreja; e 0,6% irão a outros lugares.

Diante da tradição de não comer carne na Semana Santa, 66,6% dos entrevistados têm pretensões de comprar peixes e crustáceos especialmente para a data; o percentual é 9,1 pontos percentuais menor que o do ano passado, quando 75,7% colocaram os frutos do mar entre os itens a serem consumidos. Para estas compras, 80,9% dos consumidores pretendem gastar até R\$ 80.

Mossoró

Na capital do Oeste, 57% não irão às compras nesta Páscoa, contra os 58,4% computados em 2019 (a pesquisa não foi realizada em Mossoró em 2020, devido à pandemia). Entre os 43% que irão presentear, os filhos serão os principais beneficiados (56,2%), principalmente com chocolates (95,4%). Os fatores considerados mais importantes para a escolha dos produtos serão as ofertas e promoções (67,3%) e a marca do produto (19,4%).

Com relação aos valores, os dados da pesquisa mostram que o ticket médio dos consumidores mossoroenses vai ficar em R\$ 89,40. Em 2019 o valor médio foi um pouco mais alto: R\$ 88,70. O valor cai para R\$ 74,64 nas famílias com renda de até dois salários mínimos e sobe para R\$ 125 entre os que possuem rendimentos familiares acima de 10 salários mínimos.

A forma de pagamento mais citada foi à vista em dinheiro (44,4%), e, para tentar economizar, 61,3% dos entrevistados revelaram que pretendem pesquisar os valores dos produtos antes de comprar os presentes. A exemplo de Natal, o comércio de rua lidera com 58,5% das preferências dos consumidores mossoroenses, seguido das lojas do shopping (22,6%).

A pesquisa da Fecomércio revela ainda que, entre aqueles consumidores que vão celebrar a data, a maioria (55,2%) vai comemorar em casa, com pessoas da mesma residência. Outros 6,1% irão para a casa de parentes; 1,4% para a casa de amigos; 0,6% para igreja; entre outros (1,2%). Com relação às viagens, 91,7% dos consumidores não irão sair da cidade durante o feriado. Em 2019, 77,9% deles disseram que não tinham intenção de viajar.

74,5% dos entrevistados têm intenção de consumir peixes e crustáceos durante a Semana Santa, sendo que 81,8% planejam gastar até R\$ 80. Na pesquisa de 2019, 77,6% dos mossoroenses pretendiam sair da cidade.

Veículo: Mossoró Notícias - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 30/03/21 - **Cidade/UF:** RN

Título: Páscoa: mossoroenses devem gastar menos de R\$ 100 com chocolates **Impacto:** Positivo

Link: <https://mossoronoticias.com.br/cotidiano/pascoa-mossoroenses-devem-gastar-menos-de-r-100-com-chocolates>

PESQUISA

Páscoa: mossoroenses devem gastar menos de R\$ 100 com chocolates

Caio Vale

30/03/2021 | 10:04



Páscoa: mossoroenses devem gastar menos de R\$ 100 com chocolates

Foto: Gildo Bento

Feriado religioso no qual é lembrada a crucificação e comemorada a ressurreição de Cristo, a Semana Santa também é marcada pelo costume de presentear com ovos de chocolate e pelo consumo de pescado. Diante disso, o Departamento de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DEES) da Fecomércio RN realizou a pesquisa de Intenções de Compras para a Páscoa 2021 em Mossoró. Os questionários foram aplicados entre os dias 3 e 12 março e ouviu 505 pessoas em Mossoró.

No município, 57% não irão às compras nesta páscoa, contra os 58,4% computados em 2019 (a pesquisa não foi realizada em Mossoró em 2020, devido à pandemia). Entre os 43% que irão presentear, os filhos serão os principais beneficiados (56,2%), principalmente com chocolates (95,4%). Os fatores considerados mais importantes para a escolha dos produtos serão as ofertas e promoções (67,3%) e a marca do produto (19,4%).

CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE



Com relação aos valores, os dados da pesquisa mostram que o ticket médio dos consumidores mossoroenses vai ficar em R\$ 89,40. Em 2019 o valor médio foi um pouco mais alto: R\$ 88,70. O valor cai para R\$ 74,64 nas famílias com renda de até dois salários-mínimos e sobe para R\$ 125 entre os que possuem rendimentos familiares acima de 10 salários mínimos.

A forma de pagamento mais citada foi à vista em dinheiro (44,4%), e para tentar economizar, 61,3% dos entrevistados revelaram que pretendem pesquisar os valores dos produtos antes de comprar os presentes. A exemplo de Natal, o comércio de rua lidera com 58,5% das preferências dos consumidores mossoroenses, seguido das lojas do shopping (22,6%).

CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE



A pesquisa da Fecomércio revela ainda que, entre aqueles consumidores que vão celebrar a data, a maioria (55,2%) vai comemorar em casa, com pessoas da mesma residência. Outros 6,1% irão para a casa de parentes; 1,4% para a casa de amigos; 0,6% para igreja; entre outros (1,2%). Com relação às viagens, 91,7% dos consumidores não irão sair da cidade durante o feriadão. Em 2019, 77,9% deles disseram que não tinham intenção de viajar.

74,5% dos entrevistados têm intenção de consumir peixes e crustáceos durante a Semana Santa, sendo que 81,8% planejam gastar até R\$ 80. Na pesquisa de 2019, 77,6% dos mossoroenses pretendiam sair da cidade.

Veículo: TRIBUNA DE NOTÍCIAS - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 30/03/21

Título: Sistema Fecomércio RN leva música e poesia a profissionais de saúde e segurança públicas **Impacto:** Positivo

Link: <http://www.tribunadenoticias.com.br/2021/03/sistema-fecomercio-rn-leva-musica-e.html>

SISTEMA FECOMÉRCIO RN LEVA MÚSICA E POESIA A PROFISSIONAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICAS

30 março



Projeto "Sesc Há Braços" visitará instituições públicas e privadas com mensagens de apoio e esperança como forma de mitigar sofrimento com a pandemia da Covid-19

O Sistema Fecomércio RN, por meio do "Sesc Há Braços", fará uma espécie de homenagem aos profissionais da saúde e da segurança públicas do Rio Grande do Norte que estão na linha de frente no combate ao novo Coronavírus. Nesta quarta-feira, 31, e quinta-feira, 1º, a ação visitará hospitais de Natal e o Comando Geral da Polícia Militar (PM-RN), levando poesia e música.

A primeira visita será no Hospital Infantil Varela Santiago, na quarta-feira, a partir das 15h. Lá, 55 crianças que passam por tratamento receberão ovos de chocolate. No segundo dia, a partir das 7h, o Projeto "Sesc Há Braços" percorrerá o Comando e o Hospital da PM, o Hospital Rio Grande, o Hospital João Machado e o Hospital Municipal de Campanha de Natal (na Via Costeira).

Nestes casos, os profissionais serão convidados para as áreas externas, por alguns minutos, onde serão homenageados pelos artistas. O repertório de atrações contará com poesias do escritor Bráulio Bessa e interpretações de clássicos da Música Popular Brasileira (MPB).

O Sesc RN realiza ações de solidariedade sistematicamente ao longo do ano por meio do Programa Mesa Brasil. Em 2020, viabilizou a distribuição de 1.500.980 quilos de alimentos, beneficiando cerca de 380 mil pessoas no Rio Grande do Norte.

Serviço

O que? Projeto Sesc Há Braços

Programação?

Quarta-feira (31), a partir das 15h

> Hospital Infantil Varela Santiago

Quinta-feira (1º), 7h às 17h

> Comando da PM

> Hospital da PM

> Hospital Rio Grande

> Hospital João Machado

> Hospital Municipal de Campanha (Via Costeira).

Veículo: Blog da Juliska - **Tipo de Mídia:** Blog - **Data:** 30/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: Sesc seleciona mediadores em artes visuais **Impacto:** Positivo

Link: <https://www.blogdajuliska.com.br/sesc-seleciona-mediadores-em-artes-visuais-->



Sesc seleciona mediadores em artes visuais

O Sistema Fecomércio, por meio do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc RN), recebe até o dia 5 de abril, inscrições para mediadores em artes visuais da Galeria Sesc, localizada no Sesc Cidade Alta, em Natal. São ofertadas seis vagas e os interessados deverão enviar os currículos para o e-mail mediação@rn.sesc.com.br.

Os selecionados receberão remuneração de R\$ 1.500,00 (bruto) para cumprir a jornada de 5 horas por dia, de segunda a sexta-feira (com possibilidade de realização de ações em finais de semana e feriados, mediante acordo prévio). São disponibilizadas duas opções de horário: das 9h às 14h (primeiro turno) e das 14h às 19h (segundo turno).

As vagas são para o período de junho a dezembro e podem inscrever-se pessoas físicas e jurídicas, graduados e alunos (a partir do 3º período) dos seguintes cursos: Educação Artística, Artes visuais, Artes cênicas, História e Produção Cultural, como também artistas ou curadores com atuação nas referidas áreas de conhecimento ou áreas afins, residentes no estado do Rio Grande do Norte

O mediador será o elo entre as exposições artísticas e o público visitante. Além de contextualizar o espectador, o profissional desenvolverá ações de arte-educação com o público, incluindo grupos escolares. A lista com os selecionados será divulgada dia 19/04 no site do Sesc RN, o www.sescrn.com.br. A Galeria Sesc é um dos poucos espaços culturais de Natal que disponibiliza mediadores em arte visuais em suas exposições.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 31/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/2

Título: Rio Grande do Norte tem melhor fevereiro em 10 anos **Impacto:** Neutro

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/rio-grande-do-norte-tem-melhor-fevereiro-em-10-anos/506655>

Rio Grande do Norte tem melhor fevereiro em 10 anos

Publicação: 2021-03-31 00:00:00

O Rio Grande do Norte teve o melhor mês de fevereiro dos últimos 10 anos em relação à criação de empregos. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados pelo Ministério da Economia, e analisados pelo Sebrae, mostram saldo positivo de 1.899 novos empregos em fevereiro, o maior crescimento registrado desde 2012. Os números seguem a tendência apresentada em janeiro.

Créditos: edu andrade



Paulo Guedes comemorou a geração de mais de 400 mil vagas. "Estamos definitivamente no caminho da retomada", disse

Foram registradas 14.495 admissões, contra 12.596 demissões. O estoque de contratos via CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) era de 436.334 no mês de fevereiro deste ano. Segundo a análise 'Mapa do Emprego no Rio Grande do Norte' feita pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado (Sebrae/RN), o Estado foi o quinto do Nordeste com melhor saldo líquido positivo. A Bahia (18.993) e o Ceará (12.343) ocuparam as primeiras colocações. Na série registrada desde 2012, apenas em 2014 também foi registrado crescimento no número de vagas (1.292).

Os setores de serviços, comércio e construção civil foram os que mais geraram postos de trabalho, com 2.519, 969 e 566 vagas, respectivamente. Por sua vez, na agropecuária e na indústria houve déficit de 1.925 e 230 vagas, segundo o 'Mapa do Emprego no Rio Grande do Norte' feita pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado. Do total de admissões, a maior parte foi em microempresas, aquelas que possuem até 19 funcionários. Foram 3.879 vagas, seguidas por 525 vagas em empresas de pequeno porte.

Segundo a análise do Sebrae, os cinco municípios com maior geração de vagas foram: Natal (2.212); Parnamirim (709); Macaíba (174) e Caicó (129). O mesmo levantamento aponta os municípios com maior saldo negativo: Apodi (-509); Arês (-487); Baía Formosa (-439); e Baraúna (-267).

A alta no RN seguiu a tendência do mês de janeiro. O Estado iniciou 2021 com saldo positivo recorde de 2.247 carteiras assinadas. Na série de 2012 a 2021, o maior e único saldo líquido positivo tinha sido registrado em 2014, quando 1.224 postos de trabalho foram abertos. No restante do período, houve fechamento de postos de trabalho, com pico em 2013 (-2.428). Em janeiro do ano passado, momento pré-pandemia, 1.090 vagas foram fechadas.

Recorde no país

O Brasil gerou 401.839 novos postos de trabalho em fevereiro deste ano, resultado de 1.694.604 admissões e de 1.292.965 desligamentos de empregos com carteira assinada. De acordo com o Ministério da Economia, esse é o melhor resultado para fevereiro desde o início da série histórica, em 1992, ou seja, em 30 em anos.

Paulo Guedes vê evidência de vigora da economia. "Mais uma vez, o vigor da economia brasileira, a resiliência da economia brasileira surpreendendo as expectativas", disse, durante coletiva virtual de divulgação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). "São 400 mil novos empregos, recorde para fevereiro, é o que indica que estamos, definitivamente, no caminho certo do ponto de vista da recuperação da atividade econômica", completou.

O mês de fevereiro, entretanto, não contempla o período de intensificação das restrições das atividades, impostas por diversos estados e municípios para o enfrentamento à nova onda de casos de covid-19. Nesse sentido, para Guedes, o foco do governo agora deve ser a vacinação em massa da população, "principalmente dos 40 milhões de brasileiros do mercado informal", que é o grupo mais vulnerável que foi atendido pelo auxílio emergencial do governo federal.

De acordo com o ministro, cerca de 10% das novas admissões, 173 mil vagas, foram no setor de serviços, que é o mais sensível também para a informalidade. "Nós precisamos vacinar em massa para que o brasileiro informal, os quase 40 milhões de invisíveis, não fique nessa escolha cruel entre sair [para trabalhar] e ser abatido pelo vírus ou ficar em casa e ser abatido pela fome", disse.

Com a intensificação da vacinação a partir do próximo mês, segundo ele, a população idosa estará praticamente toda vacinada, "o que significa que deve cair vertiginosamente a taxa de óbitos" por covid-19 e, então, "podemos pensar no retorno seguro ao trabalho, para que impacto [na economia] dessa vez seja menos profundo do que foi o baque em abril do ano passado".

O estoque de empregos formais no país, que é a quantidade total de vínculosceletistas ativos, chegou a 40.022.748 vínculos, em fevereiro, o que representa uma variação de 1,01% em relação ao mês anterior. No acumulado de 2021, foi registrado saldo de 659.780 empregos, decorrente de 3.269.417 admissões e de 2.609.637 desligamentos.

Dados isolados

No mês passado, os dados apresentam saldo positivo no nível de emprego nos cinco agrupamentos de atividades econômicas: serviços, com a criação de 173.547 postos, distribuído principalmente nas atividades de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas; indústria geral, que criou 93.621 novos empregos, concentrados na indústria de transformação; comércio, mais 68.051 postos de trabalho gerados; construção, saldo positivo de 43.469 postos; e agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, que registrou 23.055 novos trabalhadores.

Todas as regiões do país tiveram saldo positivo na geração de emprego, sendo que houve aumento de trabalho formais em 24 das 27 unidades da Federação. Os destaques são para São Paulo com a abertura de 128.505 postos, aumento de 1,04%; Minas Gerais que criou 51.939 novas vagas (1,25%); e Paraná, com saldo positivo de 41.016 postos (1,50%).

Os estados com saldo negativo de empregos em fevereiro são Amazonas, que teve o fechamento de 625 postos, queda de 0,15%, o primeiro estado a sofrer com a segunda onda da pandemia; Alagoas, com saldo negativo de 485 postos, diminuição de 0,14%; e Paraíba, que encerrou o mês menos 136 postos de trabalho formal, queda de 0,03%.

Para o conjunto do território nacional, o salário médio de admissão em fevereiro de 2021 foi de R\$1.727,04. Comparado ao mês anterior, houve redução real de R\$ 47,53 no salário médio de admissão, uma variação negativa de 2,68%. As estatísticas completas do Caged estão disponíveis na página do Ministério da Economia. Os dados também podem ser consultados no Painel de Informações do Novo Caged.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 31/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Estado teve R\$ 750,9 milhões para livre destinação em 2020 **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/estado-teve-r-750-9-milha-es-para-livre-destinaa-a-o-em-2020/506664>

Estado teve R\$ 750,9 milhões para livre destinação em 2020

Publicação: 2021-03-31 00:00:00

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-RN) divulgou Boletim Extraordinário 01/2021, no qual aponta dados consolidados sobre as transferências federais feitas para o Estado em 2020, com o intuito de enfrentar os efeitos da Covid-19, e informações das despesas realizadas pelo Governo do Estado na área da saúde pública. Segundo os dados, o Estado recebeu do Governo Federal R\$ 1,1 bilhão em transferências extraordinárias em 2020, destinados às ações de saúde, assistência social e compensação financeira em razão da queda na arrecadação.

Créditos: ARQUIVO/TV



Pedro Lopes Neto diz que as informações estão condizentes

Do total de recursos disponibilizados ao Estado, a maior parte é de livre alocação, ou seja, podem ser usados livremente pelo Governo. Esse valor para livre alocação totalizou R\$ 750,9 milhões. Esse montante foi incorporado à Fonte 100, que congrega os recursos ordinários do Estado, incluindo a arrecadação própria, e foi transferido por força da Lei Complementar 173/2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, bem assim, pela Medida Provisória nº. 938/2020, que dispôs sobre o apoio financeiro para compensar a queda no repasse do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

O Governo do Estado também recebeu transferência extraordinária de recursos via SUS, na ordem de R\$ 172,2 milhões e auxílio financeiro para saúde e assistência social, no valor de R\$ 145,2 milhões. Por fim, foram enviados mais de R\$ 33 milhões via Lei Aldir Blanc, que prevê auxílio ao setor cultural.

A Lei Complementar 173/2020 também permitiu que o Estado suspendesse, durante os meses de março a dezembro de 2020, o pagamento de dívidas com a União, o que possibilitou o remanejamento de R\$ 162 milhões para despesas com ações de enfrentamento da calamidade pública decorrente da pandemia.

Os valores investidos na área da saúde ainda contam com transferências legais obrigatórias para o SUS, de caráter ordinário, na ordem de R\$ 317 milhões.

Despesas

O Governo do Estado realizou despesas na ordem de R\$ 1,9 bilhão com ações e serviços públicos de saúde, assistência social dentre outras destinadas ao enfrentamento à pandemia e mitigação de seus efeitos. Como foi apurado, a maior parte das despesas foi executada utilizando a Fonte 100 (R\$ 1,3 bilhão). A referida fonte de recursos, no caso, contempla além das receitas de arrecadação própria, parte das transferências extraordinárias da União, como o auxílio financeiro do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus (LC 173/2020) e o apoio financeiro em razão da queda no FPE (MP 938/2020).

O que diz o governo

O controlador geral do Estado, Pedro Lopes Neto, disse que "as informações constantes no relatório do TCE estão condizentes com o que o governo vem esclarecendo a população em relação aos recursos recebidos para atendimento da pandemia do coronavírus".

Pedro Lopes afirma, que "inclusive constam nas notas técnicas (1 e 2/2021), produzidas a partir de comunicação errada dos ministros (Fábio Faria, das Comunicações e Rogério Marinho, do Desenvolvimento Regional), em especial a que afirmava o Governo do Rio Grande do Norte ter recebido R\$ 18 bilhões em 2020 para aplicar na pandemia".

Segundo Lopes, "está tudo na nossa nota técnica", sendo que na última declaração do ministro Rogério Marinho, "ele apresentou número bem próximos ao nosso. Apenas fez proposta de aplicação completamente inadequada e irracional, que se fosse seguida colapsaria a rede de saúde do Estado".

O controlador do Estado reforçou que "os recursos recebidos foram muito importantes, e adicionados aos R\$ 12,2 bilhões de receita própria, em especial a derivada do ICMS arrecadada pela Secretaria Estadual da Tributação (SET), conseguimos manter as contas do exercício de 2020 em relativa regularidade".

Para o secretário estadual do Planejamento e das Finanças, Aldemir Freire, "esses números só demonstram que os dois ministros produziram monstruosas fake news, pensando apenas nas eleições do próximo ano, em agradar ao presidente da República e demonstrando compromisso zero com a verdade".

Mas, acrescentou Aldemir Freire, "mesmo esse relatório do TCE deixou de abordar que essas transferências vieram nos meses em que as receitas da arrecadação e das transferências constitucionais tinham caído drasticamente". "Outra lacuna é a falta de comparação com o aumento das despesas com saúde", finalizou o secretário do Planejamento.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 31/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Prévia da carga tributária caiu para 31,64% do PIB **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/pra-via-da-carga-tributa-ria-caiu-para-31-64-do-pib/506658>

Prévia da carga tributária caiu para 31,64% do PIB

Publicação: 2021-03-31 09:00:00

A prévia da carga tributária (peso dos impostos e demais tributos sobre a economia) caiu para 31,64% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020, divulgou ontem (30) o Tesouro Nacional. Em 2019, o mesmo indicador tinha atingido 32,51%, diferença de 0,87 ponto percentual.

Créditos: ARQUIVO/TH



Houve redução da carga tributária em relação ao PIS, Cofins e imposto sobre Serviços (ISS)

Segundo o Tesouro, dois fatores pesaram para a diminuição da carga tributária. O primeiro foi a contração da atividade econômica decorrente da pandemia de covid-19. Com a queda na produção e no consumo, menos pessoas pagam impostos. Isso pode ser explicado pelo recuo de 0,55 ponto percentual do PIB na arrecadação de tributos sobre bens e serviços.

O segundo fator foi a isenção de vários tributos durante a pandemia. Somente a redução a zero do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre o crédito, que vigorou de abril a dezembro do ano passado, respondeu por uma redução de 0,26 ponto percentual do PIB.

Outros tributos com destaque na redução da carga tributária foram o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), com impacto negativo de 0,34 ponto percentual, e o Imposto sobre Serviços (ISS), administrado pelos municípios, com recuo de 0,06 ponto percentual. Os dois tributos são ligados ao consumo e refletem a queda nas vendas.

Todo mês de março, o Tesouro divulga uma estimativa própria da carga tributária do ano anterior. Isso é necessário porque os dados são incluídos na prestação de contas da Presidência da República e a Receita Federal só divulga os dados oficiais de carga tributária no segundo semestre.

PEC Emergencial

O Tesouro também apresentou uma estimativa do impacto da Proposta de Emenda à Constituição Emergencial (PEC Emergencial) sobre a evolução da dívida pública. Segundo o órgão, a Dívida Bruta do Governo Geral, indicador do Banco Central que reúne a dívida da União, de estados e de municípios, deverá cair de 88,8% em 2020 para 88,1% neste ano e chegar a 2030 em 83,3% no cenário base e em 72,5% no cenário otimista.

O cenário base, informou o Tesouro, contempla a não renovação de incentivos fiscais que perdem a validade em 2030 e o cenário otimista, a redução pela metade desses benefícios.

Aprovada no início do mês pelo Congresso, a PEC Emergencial permitiu o pagamento de uma nova rodada do auxílio emergencial, no total de R\$ 44 bilhões, condicionada a medidas de corte de gastos obrigatórios. Entre as medidas, estão gatilhos de congelamento de salário do serviço público a partir de 2025, a apresentação de um plano de corte de incentivos fiscais nos próximos seis meses e a previsão de uma lei complementar para regulamentar a sustentabilidade da dívida pública.

Fonte: Agência Brasil

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 31/03/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Ipea projeta crescimento de 3% do PIB em 2021 **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/ipea-projeta-crescimento-de-3-do-pib-em-2021/506656>

Ipea projeta crescimento de 3% do PIB em 2021

Publicação: 2021-03-31 00:00:00

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou ontem (30) um estudo que projeta crescimento de 3% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de bens e serviços produzidos no país) em 2021, com queda estimada de 0,5% no primeiro trimestre do ano, na comparação com ajuste sazonal.

Créditos: *Marcello Casal Jr/ABR*



Além dos efeitos da pandemia, aumento da inflação pode causar impacto negativo no PIB de 2021

“Além do impacto da pandemia e do endurecimento das medidas de isolamento social por parte de governos estaduais e municipais sobre o ritmo da economia, as previsões para 2021 também levam em conta as incertezas quanto à capacidade de se promover os ajustes nas contas públicas necessários para uma trajetória fiscal equilibrada”, disse o Ipea.

Segundo o estudo, outro fator de risco é a aceleração inflacionária, refletindo a alta nos preços administrados acima do esperado no início deste ano e a desvalorização cambial, com impactos principalmente nos preços dos alimentos e dos bens industriais.

A análise da conjuntura econômica brasileira também aponta que o segundo semestre do ano deve ser marcado pela retomada do crescimento do PIB e pelo aumento da confiança de consumidores e empresários a partir do avanço da cobertura vacinal contra a covid-19. “As hipóteses cruciais desse cenário são que as questões associadas a? pandemia já? estejam sob controle e que seja possível conter as atuais incertezas fiscais”, disse o instituto.

Para 2022, a projeção é de crescimento de 2,8% do PIB, em um cenário de manutenção da retomada da atividade econômica esperada para o segundo semestre deste ano. Embora o crescimento projetado para 2022 seja um pouco menor que o de 2021, o esforço de crescimento ao longo do ano que vem seria maior, pois a base de comparação - o PIB de 2021- é significativamente maior, segundo o Ipea.

O instituto espera que a atual trajetória de alta dos preços internacionais das commodities contribua positivamente para a retomada da economia brasileira, mas, ao mesmo tempo, essa alta pressiona a inflação. A estimativa do Ipea para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2021 é de 4,6% de variação. Para 2022, no contexto de uma política monetária mais apertada e sob a hipótese de que as atuais incertezas fiscais sejam controladas, o IPCA deve variar 3,4%.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 31/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Comissão da reforma faz um ano, não avança, mas ganha sobrevida **Impacto:** Neutro

Comissão da reforma tributária faz um ano, não avança, mas ganha sobrevida

Adriana Fernandes
Daniel Wetternan | BRASILIA

Após um ano, a comissão mista de reforma tributária não avançou e ganhou sobrevida de um mês com a prorrogação dos trabalhos pelo Congresso. A pressão maior se volta, agora, para o relator da proposta, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), para que finalmente apresente o seu parecer com a fusão das três propostas em discussão: a da Câmara, a do Senado e o projeto de lei enviado pelo governo que cria um novo imposto da união da PIS/Cofins.

O anúncio da prorrogação ocorreu no mesmo dia em que o relator foi escolhido como líder da maioria no Congresso no lugar do senador Roberto Rocha (PSDB-MA), presidente da comissão mista. Ao lado do novo líder, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, anunciou a prorrogação do prazo, que terminava hoje e foi estendido até o dia 30 de abril. O funcionamento da comissão já tinha sido prorrogado em dezembro passado.

"Tem de falar com o relator, ele que tem de dizer sobre o relatório. Eu tenho o relatório. Dias antes da decisão, ele havia dito que não pediria mais a prorrogação do funcionamento."

Desde a mudança do comando das presidências da Câmara e do Senado, a comissão foi mantida, mas o relator não apresentou o parecer. Ribeiro não quis até agora apresentar o parecer, que vem construindo desde o ano passado, sem saber qual será o destino formal depois de apresentado o texto, já que cada uma das duas Casas tem Propostas de Emenda Constitucional (PEC) de reforma: PEC 45 (Câmara) e Senado (110). Além disso, há também o projeto de lei do governo que unifica PIS e Cofins.

"A prorrogação dos trabalhos da comissão só faz sentido se

Relatório

"A prorrogação dos trabalhos da comissão só faz sentido se acompanhada finalmente da apresentação do relatório."

Luiz Bichara
TRIBUTARISTA

acompanhada finalmente da apresentação do relatório", disse o tributarista Luiz Bichara, da Bichara Advogados. Para ele, o relatório deveria contemplar questões relativas a tributação sobre a renda, não mais apenas sobre consumo, de forma a atender aos novos desafios do atual nível de endividamento público do Brasil após a pandemia.

A decisão sinaliza mais atraso na votação da proposta num cenário de incerteza que tem marcado a reforma, já que a comissão mista tem caráter informal.

No início de fevereiro, Pacheco e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), anunciaram um acordo para aprovar a reforma no Congresso em um prazo de seis a oito meses.

A falta de um alinhamento sobre o conteúdo da proposta, porém, pode inviabilizar uma votação nas duas Casas legislativas. "Temos de considerar que, além da complexidade, a reforma tributária é prioritária", disse o presidente do Senado.

Quando assumiu a presidência da Câmara, Lira chegou a cogitar retirar Ribeiro da relatoria. Mas o relator teve apoio do Senado para ficar na posição. Segundo Roberto Rocha, a prioridade hoje é salvar vidas na pandemia, mas ponderou que a reforma tributária é a que tem maior impacto, inclusive, para a área social. "Tem de salvar também vidas das pessoas jurídicas, porque estaremos salvando empregos e pessoas físicas", disse Rocha.

Refis. Enquanto o prazo da comissão é prorrogado, Roberto Rocha articulou a inclusão na pauta de hoje do Senado de projeto de sua autoria que cria o Regime Especial de Atualização Patrimonial (Reap) para declaração voluntária de bens ou cessões de direitos de origem lícita de bens (móveis ou imóveis), declarados incorretamente ou com valores desatualizados.

Essa atualização se aplica aos bens que tenham sido transferidos para o País, em qualquer caso, e que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção.

A alíquota do Imposto de Renda (IR) prevista no projeto é de 1,5% para a atualização, mas o valor no parecer a ser votado deve subir. "Se ficar em 3%, é ainda um quinto dos 15% que tem de pagar no ganho de capital",



Depois de um ano. Expectativa é que finalmente Aguinaldo Ribeiro apresente seu relatório

AS PROPOSTAS

Entenda as diferenças nos textos da reforma tributária do governo, da Câmara e do Senado

	GOVERNO	SENADO	CÂMARA
Unificação	Única parte que foi entregue pela equipe econômica ao Congresso, propõe unir PIS/Cofins em um novo imposto, chamado de Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS)	Fusão de IPI, PIS, Cofins, IOF, CSLL, Cide, Salário Educação (federal); ICMS (estadual); ISS (municipal)	Fusão de IPI, PIS, Cofins (federal), ICMS (estadual), ISS (municipal)
Alíquotas	Para a CBS, substituta do PIS/Cofins, governo propôs alíquota de 12% (a alíquota paga por entidades financeiras - incluindo bancos, planos de saúde e seguradoras - foi estipulada em 5,8%)	Definidas por cada Estado e município	Definição pelo comitê gestor do Imposto sobre Bens e Mercadorias (IBS)
Imposto seletivo	Ainda não enviou. O ministro da Economia, Paulo Guedes, já disse que pediu um imposto diferenciado ("imposto sobre pecado") para desestimular o consumo de produtos prejudiciais à saúde (algar, bebida alcoólica e açucardos)	Bebidas alcoólicas e não alcoólicas, fumo, veículos, comunicações, energia elétrica, petróleo e gás natural	Fumo e bebidas alcoólicas
Incentivos e desonerações	Na parte da proposta que foi enviada ao Congresso, o governo manteve a desoneração de produtos da cesta básica	Imposto zero para remédios e alimentos. Outros incentivos definidos pelos Estados e municípios	Não prevê incentivos e desonerações
Transição até novo modelo	Seis meses para a CBS	15 anos	10 anos, além de 50 anos para compensar eventuais impactos a Estados e municípios

INFOGRAFICO/ESTADÃO

Carga tributária fecha 2020 no menor nível em dez anos

Idiana Tomazelli
Célia Proufe | BRASILIA

Os efeitos da pandemia do novo coronavírus sobre a atividade econômica e as isenções de tributos concedidas para o enfrentamento da crise levaram a carga tributária bruta do Brasil a ter uma queda em 2020. O dado foi estimado em 31,64% do PIB no ano passado, segundo o Tesouro Nacional.

A carga é o 87º ponto percentual menor que o observado em 2019, quando ficou em 34,51% do PIB. Por essa estimativa, a carga tributária no ano passado foi a menor desde pelo menos 2010.

Segundo o Tesouro, a queda na carga tributária foi verificada tanto nos tributos federais quanto nos municipais. A carga do governo central, a mais significativa delas, caiu de 21,86% para 20,99% do PIB na passagem de 2019 para 2020. Já nos municípios, a proporção recuou de 2,25% para 2,12% no mesmo período.

A carga dos tributos estaduais, por sua vez, aumentou na passagem do ano, de 8,40% para 8,53% do PIB, o maior percentual no período analisado, desde 2010.

Na divisão por tipo de tributo, a principal redução na carga ocorreu em seu maior grupo, os

impostos sobre bens e serviços. Esse conjunto de tributos sofreu queda na arrecadação de 0,55 ponto percentual do PIB em 2020. As principais reduções foram PIS/Cofins (-0,34 pp do PIB), IOF (-0,26 pp do PIB), essencialmente pela instituição de alíquota zero para as operações de crédito devido à crise, e ISS (-0,06 pp do PIB).

O subsecretário de Planejamento e Estatísticas Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, Pedro Juci, destacou que a carga tributária brasileira está muito próxima à média cobrada por nações mais ricas. Segundo ele, entre os membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), essa média está em 33,9% do PIB. Em relação aos países da América Latina, o Brasil está quase 10 pontos percentuais acima dos vizinhos.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 31/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Silva e Luna descarta cavalo de pau na Petrobrás **Impacto:** Neutro

B2 | **Economia** | QUARTA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

coluna do
broadcast

Silva e Luna descarta cavalo de pau na Petrobrás

A reavaliação da política de preços dos combustíveis já é apontada como o principal objetivo da gestão de Joaquim Silva e Luna (foto) na Petrobrás. A medida não será desenhada isoladamente. A pessoas próximas, o general tem afirmado que os estudos sobre o tema envolvem outros órgãos do governo, especialmente os ministérios da Economia e de Minas e Energia. Engana-se quem imagina que a política instituída em 2016, na gestão Pedro Parente, foi blindada ao ser incluída no estatuto da companhia. Até porque mudanças estatutárias são comuns. De resto, a Petrobrás não irá mudar de rumo. Pelo menos, não há no horizonte o risco de um cavalo de pau, como Silva e Luna tem confundido a interlocutores. O plano estratégico 2021-2025 está "redondinho", na avaliação do general.

FAUSTO MONTA/ESTADÃO (29/03/2021)



» **Vendem-se.** O plano será executado como previsto, inclusive em relação aos desinvestimentos, como a venda das oito refinarias.

» **Tudo bem?** Antes do anúncio público de que quatro diretores sairiam com Roberto Castello Branco, presidente da Petrobrás demitido por Jair Bolsonaro, Silva e Luna entrou em contato com todos. As conversas foram por telefone e em tom bastante diplomático.

» **Sinto muito.** O general perguntou a cada um sobre o interesse em permanecer. Ouviu deles a negativa. Perguntou também se haveria alguém, na empresa que o executivo considerasse uma boa escolha para a substituição, entre os funcionários de carreira da Petrobrás.

» **Rodeio.** "A conversa foi muito interessante e, de certo modo, surpreendente", disse à Coluna um executivo que pediu para não ser identificado. "Me pareceu um boa pessoa. Só não sei se se conhece o outro bravo em que vai se sentar."

» **Motivos.** Castello Branco não abandonou o barco, mesmo com a fritura pelo presidente. Talvez tenha ficado para mostrar o lucro recorde

de R\$ 40 bilhões em 2020. Mas, além de tocar a transição de uma empresa como a Petrobrás, pode ter pesado uma implicação financeira.

» **Bolsa.** Quando renuncia, o executivo perde direito à remuneração variável. Na Petrobrás, ela pode representar um adicional de mais de dez salários. Procurada, a estatal não se manifestou. Castello Branco reiterou que seu contrato se encerra em 12 de abril. "Cumprirei minhas obrigações até lá (...) Não peço demissão porque nunca manifestei tal intenção. Não me sinto constrangido em cumprir meu mandato.



» **Reforço.** Cerca de um ano e meio depois de adquirir a empresa de seguros Somu.us, o banco digital C6 decidiu reposicionar a marca para C6Seg. Além dessa mudança, a empresa, que até aqui só operava com

assessoria de seguradoras e resseguradoras na América Latina, vai ampliar a atuação e passará a distribuir produtos financeiros do C6 Bank, como a maquininha, e fazer a abertura de conta corrente para pessoa jurídica. A C6Seg nasce com uma rede de 3 mil corretoras de seguros e trabalha com 15 seguradoras parceiras.

» **Mais reforço.** A fintech de soluções para meios de pagamentos Açoio deu peso a seu conselho de administração, para aproveitar a onda de expansão do mercado das maquininhas e pagamentos eletrônicos e consolidar seus negócios. A expectativa é que, no ano que vem, a Açoio defina sobre a possibilidade de ir à Bolsa.

» **Adições.** Para encorpar o conselho, chegam Eduardo Gouveia (ex-presidente da Cielo e da Alelo); José Tosi, (ex-head da MasterCard Brasil); Américo Pereira Filho (ex-presidente da Rapidão Cometa); Adir Ribeiro (presidente e fundador da consultoria Praxis Business); e Eduardo Carone (fundador e presidente da plataforma Atlas Governance).

» **Multiplicações.** Os investimentos na expansão virão do aporte de R\$ 50 milhões feito pela XP Asset na Açoio, em março. A ideia é ampliar a carteira de produtos e serviços para empresas, com concessão de crédito, PIX, conta digital, cartão pré-pago e soluções de gestão.



» **Salgado.** Pouco mais de quatro meses após a imobiliária virtual Quinto Andar trocar o IGP-M pelo IPCA em seus modelos de contratos de aluguel residencial, 35% dos negócios novos e renovações já adotaram a substituição dos indicadores. A troca é uma sugestão, não uma regra.

» **Deu ruim.** O IGP-M é o indicador tradicional nesses contratos. No entanto, tem causado muitas dores de cabeça a inquilinos e proprietários devido à forte alta há mais de um ano. O IGP-M acumula inflação de 31,1% em 12 meses, bem acima do aumento oficial de preços medido pelo IPCA, de 5,20%.

IRANY TERESA, FERNANDA GUIMARÃES,
CIRCE BONATELLI, CYNTHIA DECLIODT

Artigo

Código Florestal agora é com os Estados

* PEDRO LUIZ PASSOS E
LUIS FERNANDO G. PINTO

É uma situação difícil de explicar. A lei não é cumprida, mas a situação é legal. Este é o caso do Código Florestal. Para entender é preciso voltar no tempo.

A lei existe desde 1934, sendo atualizada em 1965. Desde sempre, foi descumprida por parte dos imóveis rurais no Brasil. O que não significa que não é cumprida por ninguém ou que fosse impossível de ser cumprida. Pelo contrário. O requisito de Reserva Legal é cumprido por 96% dos imóveis do Brasil, segundo estudo publicado em 2019. Os 4% que não cumpriam eram apenas 148 mil imóveis que acumulavam uma dívida de restaurar ou compensar 9 milhões de hectares, quase uma Santa Catarina.

Mas o não cumprimento do Código de 1965 passou a ser um problema a partir de 2008, com a Lei de Crimes Ambientais. Pois não cumprir com o Código Florestal significa ter havido desmatamento ilegal, o que passou a ser um crime. Assim, não cumprir a lei passou a ser um problema, com consequências para os irregulares: Além da imagem de ilegalidade de um setor importante para o País, o fim do acesso ao crédito rural.

Havia dois caminhos: cumprir ou mudar a lei. Depois de longas negociações, chegamos a uma nova versão em 2012. Esta reconheceu o não cumprimento da anterior e criou regras de transição para os irregulares. Antes disso, perdoo uma dívida de 41 milhões de hectares de desmatamentos ilegais, sendo 10 milhões na Mata Atlântica.

Ficou a conta de restaurar outros 19 milhões de hectares. Destes, ao menos 4 milhões são Áreas de Preservação Permanente da Mata Atlântica ou áreas de entorno de nascentes e de rios da região do País que abriga a maior parte da economia e da população e que sofre com a falta de água em cidades como São Paulo e Curitiba. Além de ser o bioma mais ameaçado do País, é aquele cuja restauração pode dar grande contribuição para enfrentarmos as mudanças climáticas.

Assim, a expectativa era de que a implementação da lei fosse agilizada e finamente cumprida, com o plantio das florestas. Após nove anos pouco aconteceu, pois os prazos para o início da implementação foram adiados sucessivas vezes. Um estudo do Climate Policy Initiative (CPI) mostrou que seguimos em passo de tartaruga e muito pouco evoluiu. Outro estudo do CPI apontou que havia 56 propostas de alteração da lei no Congresso Nacional, em geral para diminuir os seus requisitos ou alterar os prazos de implementação.

Assim chegamos a um impasse. Mas enquanto os ataques andam em Brasília, cabe aos governos estaduais finalizarem a regulamentação e iniciarem a implementação. De maneira geral, também muito atrasados, com exceções.

A Aliança dos Governadores pelo Clima traz expectativas para o cumprimento do Código Florestal

A Aliança dos Governadores pelo Clima gera expectativas, pois cumprir o Código Florestal e recuperar as florestas nativas é uma ação de alto impacto e ao alcance de todos. Pode ser o seu grande legado. Assim como líderes do agro nacional e CEOs de empresas de alimentos e biocombustíveis devem estar preparados para demonstrar como e quando vão cumprir integralmente a lei, com o aumento das florestas no campo. Afinal, o que falta para isso acontecer?

Este tipo de cobrança pode emergir nas negociações de acordos comerciais multilaterais. O acordo União Europeia-Mercosul deve ter cláusula sobre o cumprimento da lei ambiental. O que deve valer como interpretação para o Código Florestal? Há riscos para o açúcar, o café e o suco de laranja da Mata Atlântica? Antecipar com ações concretas de restauração é uma oportunidade para os líderes do setor.

* SÃO, RESPECTIVAMENTE, PRESIDENTE E DIRETOR DE CONHECIMENTO DA FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 31/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Impasse trava corte de emendas do Orçamento **Impacto:** Neutro

Impasse trava corte de emendas do Orçamento

Câmara e Senado disputam verbas incluídas por relator do projeto; negociação vai passar por nova ministra da Secretaria de Governo

Daniel Wettern
Adriana Fernandes / BRASILIA

Uma crise entre a Câmara e o Senado por verbas federais desafiou nova negociação do Congresso com o governo para cancelar parte das emendas parlamentares que receberam a digital do relator do Orçamento, senador Marcelo Bitar (MDB-AC). O impasse não se resume ao tamanho do corte nos R\$ 31,3 bilhões de emendas incluídas no projeto aprovado, mas também tem a ver com o momento em que será feita a resourçada.

Bitar admite fazer as alterações ao "longo do ano" e abrir mão de parte das emendas, em negociação com o Executivo. Essa solução, porém, não resolve o problema para a equipe econômica, que terá de ordenar um corte forte do Orçamento assim que o texto for sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro.

O relator vai discutir as mudanças com a nova ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda. Ele se recusou a fazer ajustes imediatos na proposta, aprovada semana passada, antes do envio do texto à sanção presidencial - como exigiu o comando da Câmara, criando uma tensão nos bastidores.

Bolsonaro avalia vetar parte do Orçamento aprovado pelos parlamentares e enviar um novo projeto para o Congresso com ajustes no texto. O Ministério da Economia se recusa a dar aval a todas as emendas incluídas pelo relator de última hora, mas abriu uma negociação para acomodar as demandas. O impasse se dá, principalmente, pela necessidade de recompor despesas obrigatórias, como a Previdência Social.

A confusão na aprovação do Orçamento desgastou ainda mais a relação do Congresso com o Ministério da Economia. Parlamentares "jogaram no colo" do ministro Paulo Guedes o aval para o corte em despesas obrigatórias, que abriu caminho para o festival de emendas na semana passada.

Ontem, o Congresso consolidou as alterações feitas nas emen-

das passadas e o texto da Lei Orçamentária Anual (LOA) está pronto para ser enviado à sanção de Bolsonaro. A Câmara, porém, ainda cobra ajustes do relator. "Nada foi feito sem que as sugestões fossem acatadas. Não fiz nenhuma mudança de corte da minha cabeça, a não ser o do Genesio BGE", afirmou Bitar.

Os cortes na Previdência foram negociados pelos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), com representantes do governo (inclusive Ministério da Economia), uma semana antes da aprovação da Lei Orçamentária Anual.

A colegas do Senado, Bitar reconheceu que o Ministério da Economia aprovou os cortes nas despesas obrigatórias. O time de Guedes, por sua vez, diz que não houve negociação no tamanho feito pelo relator.

Acordo. Inicialmente, o acordo era para um corte de R\$ 16,5 bilhões em salários, seguro-desemprego e economia com combate aos gastos na própria Previdência. Isso deixaria a necessidade de suplementar a Previdência entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 2,5 bilhões, com medidas a serem adotadas ao longo do ano. Na sequência, o relator nego-



Acerto. Arthur Lira (esq) e Rodrigo Pacheco negociaram cortes na Previdência com o governo

ciou cortes em subvenções agrícolas atendendo às demandas de ministros do próprio governo. O aumento das verbas para obras e projetos de interesse eleitoral foi feito por meio das emendas de relator, incluídas por Bitar no projeto. Paralelamente a isso, o Congresso derrubou um veto para obrigar o governo a pagar esses recursos.

Com os cortes, o relator carimbou R\$ 17 bilhões em emendas conforme a indicação dos parlamentares e R\$ 12 bilhões atendendo a pedidos de ministros. No final das contas, ainda entrou R\$ 1 bilhão para quitar promessas pendentes do Palácio do Planalto com parlamentares. Integrantes da Câmara apontam um acréscimo fora do con-

tao e pediram ajustes após a votação plenária, o que não ocorreu. "Tem de cumprir o que eu que foi feito com o governo", afirmou deputado João Carlos Bacelar (FL-BA). A negociação ocorrerá novamente da Secretaria de Governo, que preside a Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso em uma reunião de negociação de verbas durante a votação.

IMPERDÍVEL LEILÃO SOMENTE ONLINE
08/04/2021, ÀS 16H

GALPÃO COMERCIAL EM BARUERI/SP



CONSTRUÇÃO ESTIMADA DE 557 m² EM TERRENO DE 1.000 m². COMPOSTA POR GALPÃO/SALÃO, REFEITÓRIO, SANITÁRIOS/VESTIÁRIOS, RECEPÇÃO, SALA ADMINISTRATIVA, SALA COMERCIAL E SALA DA DIRETORIA. DESOCUPADO.

RUA POMPEIA, 89 - LT. 03, QD. P, CHACARA 8, BARRIO CRUZ VERDE.

LANÇE INICIAL: R\$ 1.000.000,00.



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Clique aqui para a aquisição de mais informações. Tel.: (11) 3346-8262 e 3346-8263 ou em: Lda. Promotora de Imóveis, Sodrê Santoro - Avenida Brasil 1000 - Vila Central - São Paulo - SP - CEP: 05312-000 - em: @sodrebrasil - www.sodrebrasil.com.br

Contas públicas têm rombo de R\$ 21,2 bilhões

BRASILIA

As contas do governo central tiveram déficit em fevereiro, após um mês de contas no azul, informou o Tesouro. No mês passado, a diferença entre as receitas e as despesas ficou negativa em R\$ 21,2 bilhões.

Ainda assim, o resultado - que reúne as contas do Tesouro, Previdência Social e Banco Central - foi o melhor desempenho para o mês desde 2019. Em janeiro, o governo havia registrado superávit de R\$ 43,210 bilhões. Em fevereiro de 2020, o rombo havia ficado em R\$ 25,858 bilhões.

O déficit do mês passado foi menor que as expectativas do mercado, cuja mediana apontava saldo negativo de R\$ 36,300 bilhões, de acordo com levantamento do Projeções Broadcast com 15 instituições financeiras. O dado ficou dentro do intervalo das estimativas, que eram de déficit de R\$ 16,311 bilhões a R\$ 32,700 bilhões.

Em fevereiro, as receitas tiveram alta real de 6,8% em relação a igual mês do ano passado. Já as despesas subiram 2,3% na mesma comparação, já descontada a inflação. No primeiro bimestre, o resultado das contas mostra superávit de R\$ 22,356 bilhões, o melhor desempenho para o período desde 2012.

Já em 12 meses até fevereiro, o governo central apresenta um rombo de R\$ 776,8 bilhões - equivalente a 0,9% do PIB. / **ILIANA TOMAZELLI e CELIA FROUFE**

Secretário do Tesouro descarta má intenção em despesa 'maquiada'

"Não acredito que seja uma coisa intencional para burlar alguma coisa", diz Funchal sobre Orçamento manipulado

Ilidiana Tomazelli
Célia Froufe / BRASILIA

O secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, disse ontem não ter visto intenção dos parlamentares de burlar regras fiscais para turbinar as despesas com emendas, que atendem aos redutos eleitorais dos congressistas. Na semana passada, o Orçamento foi aprovado com um corte de R\$ 26,465 bilhões em benefícios previdenciários, trabalhistas e subsídios, manio-

bra considerada contabilidade criativa, uma vez que as despesas são obrigatórias e não debatem de existir.

O Tesouro transmitiu uma mensagem dura em seu sumário executivo sobre o risco de fragilizar a credibilidade das regras fiscais do País com esse tipo de manobra. Na entrevista coletiva, Funchal reiterou os riscos, mas foi mais cauteloso quando questionado se classificaria as manobras como "pedalada fiscal", como têm feito alguns técnicos e economistas. "No fundo, o que a gente observa foi um processo de discussão orçamentária no Parlamento. O resultado desse processo, como sabemos, o Orçamento foi discutido de forma bastante rápida na semana passa-

da na CMO e votado, e acabou saindo com alguns problemas que podem ser corrigidos. Nosso papel agora é, primeiro, diagnosticar o problema de forma correta para apontar as soluções, as alternativas", disse o secretário.

"Não acredito que seja uma coisa intencional para poder burlar alguma coisa. Acho que acabou sendo o resultado de um processo. É difícil, um orçamento que foi enviado em agosto do ano passado, foi votado agora, e a gente precisava votar para seguir numa execução normal. Foi muito mais um problema no processo do que uma tentativa desse sentido", acrescentou.

Mudança. Funchal também disse ver como positiva a indicação da deputada Flávia Arruda (PL-DF) como nova ministra da Secretaria de Governo, área responsável pela articulação política. Flávia ocupou o comando da Comissão Mista de Orçamento (CMO) durante a votação do Orçamento maquiado. O secretário do Tesouro contemplou esse fato e disse que "talvez



Processo. Votação do Orçamento foi 'peculiar', diz Funchal

Manobra no Congresso R\$ 26,465 bi foi o corte realizado em benefícios previdenciários, trabalhistas e subsídios no Orçamento

ela não tivesse a noção do problema. Talvez ela não tivesse a noção do problema que a ser gerado na discussão na comissão, e isso ficou claro depois, sabendo da repercussão e das alternativas, pode ser positivo até porque participou profundamente de todo o processo", afirmou.

Para o secretário, todo o processo de votação do Orçamento deste ano foi "muito peculiar". "Tudo foi muito rápido. Alertamos o governo (Congresso), mas a votação toda foi muit-

to rápida", enfatizou ele em outro momento, quando questionado se a equipe econômica não havia alertado o então presidente da CMO sobre os riscos. Segundo ele, as equipes técnicas sempre conversaram com o relator, senador Marcelo Bitar (MDB-AC), desde que o Orçamento foi enviado em agosto. Sobre as acusações de que o governo não enviou informações atualizadas ao relator sobre o quadro fiscal, Funchal disse que enviar uma mensagem modificativa requereria realizar o Orçamento, com risco de atraso na votação. O governo já enfrentava problemas porque uma série de gastos estavam condicionada por causa do descumprimento da regra de ouro, que impede a emissão de dívida para bancar despesas correntes.

"Passamos todas as informações necessárias para a votação do Orçamento", disse. Na última segunda-feira, relatório público do Ministério da Economia já apontava buraco de R\$ 17,5 bilhões no teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas à inflação.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 31/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: País criou mais de 400 mil vagas em fevereiro **Impacto:** Neutro

País criou mais de 400 mil vagas em fevereiro

Governo diz que é melhor resultado desde 92, mas metodologia do Caged foi alterada

Eduardo Rodrigues | BRASÍLIA

O Brasil criou 401.639 empregos com carteira assinada em fevereiro, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados ontem pelo Ministério da Economia. O resultado decorreu de 1,694 milhão de admissões e 1,292 milhão de demissões. Em fevereiro de 2020, houve a abertura de 225.648 postos com carteira assinada a mais do que demissões.

Desde janeiro do ano passado o uso do Sistema do Caged foi substituído pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) para parte das empresas, o que traz algumas diferenças na comparação com resultados dos anos anteriores.

Além de reunir mais informações na mesma base de dados, o novo Caged tornou obrigatório informar a admissão e demissão de empregados tempo-

rários, modalidade criada na reforma trabalhista. Antes, essa comunicação era facultativa. Dessa forma, não há como fazer a comparação com dados anteriores a janeiro de 2020 porque as bases de dados são distintas.

A maior parte do mercado financeiro já esperava um avanço no emprego no mês, mas o resultado veio bem acima do teto das estimativas de analistas consultados pelo Projeções Broadcast. As projeções eram de abertura de 150.000 vagas a 283.936 vagas em fevereiro.

No acumulado dos dois primeiros meses de 2021, o saldo do Caged é positivo em 659.780 vagas, bem acima do registrado no primeiro bimestre do ano passado, quando foram criados 277.517 postos formais.

O Caged trata apenas do mercado formal, com carteira. O número também está sob o impacto do programa do governo que permitiu às empresas cor-

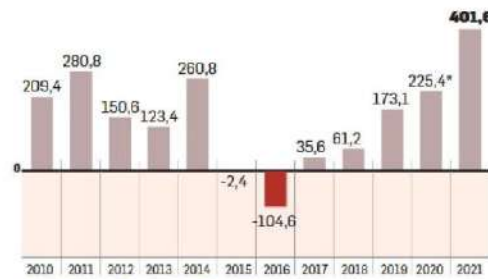


Programa .Bianco disse que governo estuda pedir crédito extraordinário para bancar BEm

HÁ VAGAS

● Resultado do mercado formal de trabalho nos meses de fevereiro

EM MILHARES DE VAGAS



*MEDIANÇA NA SÉRIE HISTÓRICA EM JANEIRO DE 2020

Fonte: Ministério da Economia

Infográficos/Estadão

tarem salários e jornadas e suspenderem os contratos. Como contrapartida, o governo dificultou as demissões pelo mesmo número de meses em que os trabalhadores foram atingi-

dos com uma das duas possibilidades (a da redução na jornada e salário ou a da suspensão dos contratos).

O programa se encerrou em dezembro, mas os trabalhado-

construção civil em fevereiro. Na agropecuária, foram criadas 23.055 vagas no mês.

No segundo mês do ano, 24 Unidades da Federação registraram resultado positivo e apenas três tiveram saldo negativo. O melhor resultado foi registrado em São Paulo com a abertura de 128.505 postos de trabalho. Já o pior desempenho foi o do Amazonas, que registrou o fechamento de apenas 625 vagas em fevereiro. O salário médio de admissão nos empregos com carteira assinada passou de R\$ 1.774,57, em janeiro, para R\$ 1.727,04 em fevereiro.

Corte de salários. O secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, afirmou ontem que o governo estuda pedir ao Congresso um crédito extraordinário para bancar a reedição do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), fora do teto de gastos, a regra que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação.

Segundo ele, a estimativa de custo para a prorrogação da medida é de cerca de R\$ 10 bilhões. O BEm é o benefício pago pelo governo de complementação de renda para os trabalhadores que tiveram a jornada e o salário reduzidos ou o contrato suspenso. A equipe econômica queria mudar as regras do seguro-desemprego, incluindo medidas como redução de 10% em cada parcela, como forma de compensar uma nova rodada do programa. A medida, porém, foi barrada pela ala política do governo e foi criticada por centrais sindicais. Com o crédito extraordinário, o governo abandona, pelo menos por enquanto, a proposta de modificar o seguro-desemprego.

● No bimestre
659.780

é o saldo entre as contratações em demissões no primeiro bimestre do ano, bem acima dos 277 mil do mesmo período de 2020

res ainda continuam "protegidos" em 2021 caso tenham sido afetados em 2020. Segundo números do Ministério da Economia, 3,3 milhões de empregados estavam com essa "garantia provisória" em fevereiro. Parcela deles vai continuar com essa "proteção" até agosto.

Sectores. A abertura de vagas em fevereiro se deu em todos os sectores, mas foi puxada pelo desempenho de serviços, com a criação de 173.547 postos formais, seguido pela indústria geral, que abriu 93.621 vagas.

Já o comércio abriu 68.051 vagas, enquanto houve um saldo de 43.469 contratações na

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 31/03/21 - Cidade/UF: DF

Título: Raízen contrata bancos e pode realizar um dos maiores IPOs da Bolsa brasileira Impacto: Neutro

Negócios

HERMAN MILLER

CADEIRA SAYL
Design inovador, encosto 3D Inteligente e respeito ao meio ambiente.

PRONTA ENTREGA
10X R\$530,00

GARANTIA 12 ANOS

Loja Online: novambiente.com.br
Atendimento: WhatsApp (11) 3230 4067 | Telefone (11) 3062 3351
showroomvend@novambiente.com.br | @novambiente
Al. Gabriel Monteiro da Silva, 583

Potencial. Joint venture entre Cosan e Shell pode levantar R\$ 13 bilhões em abertura de capital, com um valor de mercado estimado em R\$ 90 bilhões; operação deverá ocorrer entre os meses de junho e julho, a depender de condições do mercado de capitais

Raízen contrata bancos e pode realizar um dos maiores IPOs da Bolsa brasileira

Fernanda Guimarães

A Raízen, uma joint venture formada entre a Cosan e a Shell para atuar na área de combustíveis e energia, começou a contratar o sindicato de bancos de investimento para sua oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) na B3, a Bolsa paulista. A abertura de capital, uma das mais esperadas pelos investidores por conta do porte da empresa, está prevista para junho ou julho, a depender das condições do mercado, segundo fontes próximas à operação.

Até o momento, quatro bancos foram contratados: o BTG Pactual, como coordenador líder, o Citi, o Credit Suisse e o Bank of America, disse uma fonte, que pediu anonimato. Esse grupo ainda crescerá e mais bancos serão contratados nos próximos dias, reforçou a fonte, que pediu anonimato.

Com a expectativa da abertura de capital da Raízen, a ação da Cosan, que já é listada, encerrou o pregão de ontem com valorização de 3,04%, com a expectativa de investidores de que a operação ajudará a mostrar ao mercado o valor da empresa.

Com a oferta, os bancos mi-

ram um valor de mercado para a Raízen de cerca de R\$ 90 bilhões, já colocando a companhia entre uma das mais valiosas da B3. O IPO faz parte dos planos da Cosan de listar suas subsidiárias, dentro de seu processo de reestruturação societária, de forma a destravar valor da companhia.

A reorganização do grupo Cosan foi anunciada em julho do ano passado, com o objetivo de simplificar a estrutura societária, demanda antiga de investidores diante da visão de que a relação entre as diversas empresas era confusa.

No ano passado, o grupo fez, nesse sentido, a tentativa de listar a Compass, sua subsidiária no segmento de gás natural, e que concentra sua participação na Comgás. Mas teve de voltar atrás por encontrar investidores mais seletivos e pedindo desconto em relação ao preço desejado pela empresa.

A Raízen, que possui um faturamento na casa de R\$ 120 bilhões, tem seu controle dividido igualmente entre a Cosan e a Shell. A empresa se coloca hoje como a quarta maior empresa em receita do País, atrás apenas das gigantes Petrobrás,



Acionistas. A Raízen tem seu controle dividido igualmente entre a Cosan e a Shell

● Avaliação

“Consideramos a Raízen a joia da coroa da Cosan. A companhia possui robusta proposta de crescimento na geração de etanol e na geração de energia.”

Ilan Arbetman
ANALISTA DA ATIVA INVESTIMENTOS

Vale e JBS.

A empresa opera com produção de açúcar, etanol e com a distribuição de combustíveis, por meio dos 7,3 mil postos com a marca Shell.

Energia renovável. Uma outra vertente de atuação é no segmento de bioenergia, sendo hoje a maior produtora de energia

elétrica a partir de biomassa de cana-de-açúcar, por exemplo. Com a parte da oferta que irrigará o caixa da empresa, um dos destinos será dar musculatura ao segmento de energia renovável, diante da visão de que a demanda por fontes sustentáveis de geração de energia crescerá muito.

O foco nessa agenda ficou

bastante claro com o acordo de compra da empresa do setor sucroalcooleiro Biosev, uma subsidiária brasileira da Louis Dreyfus Holding. A operação inclui também a cogeração de energia. Essa transação, que envolverá uma troca de ações, ainda precisa das aprovações regulatórias e da concretização de condições precedentes por parte da Biosev para sair do papel.

Com mais robustez em seu negócio de energia sustentável, a aposta é ainda atrair mais investidores, incluindo os estrangeiros, cada dia mais ligados à agenda ambiental, social e de governança (ESG, pela sigla em inglês).

“Consideramos a Raízen, atualmente, a joia da coroa da Cosan. A companhia possui robusta proposta de crescimento sustentável tanto do seu negócio de venda de cana-de-açúcar e etanol, como do de geração de energia renovável. A rede de postos também possui ampla capacidade de crescimento”, comenta o analista da Ativa Investimentos, Ilan Arbetman.

A operação foi noticiada primeiramente pela agência Reuters. Procurada, Raízen não comentou.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 31/03/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Moda sem gênero cresce e alavanca pequenas marcas **Impacto:** Neutro

ESTADÃO
PME

PME NA WEB
Blogs e notícias. Acompanhe as novidades sobre empreendedorismo pme.estadao.com.br

Nova tendência. Avanço de pautas como identidade de gênero e orientação sexual na sociedade começa a derrubar barreiras e a impulsionar mercado nacional; segundo empreendedores, roupas sem gênero miram cliente que experimenta novos modos de se vestir

Moda sem gênero cresce e alavanca pequenas marcas

Natálie Catuogno Consani
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Depois de uma viagem, Amanda Moura dos Santos passou a questionar algumas de suas escolhas de vestimenta. Queria roupas mais confortáveis, de qualidade e com boa procedência. Decidiu fazer suas próprias camisas. Comprou tecido nacional e criou uma modelagem padrão. "Fiz um modelo baseado numa camisa masculina, mas que ficasse bom para quem tem seios também."

Uma conhecida, que era costureira de alta costura, a ensinou a cortar e começou a costurar as peças para ela, que a princípio eram para uso próprio. Os amigos foram se interessando pelas camisas e ela começou a vender para eles, com pequena margem.

Era 2018. Naquele mesmo ano, Amanda percebeu que havia uma demanda por suas criações, sem marcação de gênero, "para qualquer pessoa usar". Assim, nasceu a Úrbelico, marca de camisas e conjuntos, que viu sua produção quintuplicar entre 2018 e 2021 e, hoje, produz

de 150 a 200 camisas por mês.

Para o professor da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) Fábio Mariano Borges, que é doutor em Sociologia do Consumo e especialista em comportamento do consumidor, a procura por uma moda sem marcação de gênero está crescendo.

"O mercado se adapta à tendência, não cria", diz ele, explicando que a moda sem gênero é fruto de uma mudança de mentalidade – mais difundida na Europa – e que agora vai chegando por aqui. A moda sem gênero pressupõe que a pergunta "é para homem ou para mulher" não se aplica.

Não é unissex. Para Borges, o conceito de genderless (ou sem gênero) é oposto ao do unissex,

● **'Mercado promissor'**
"O mercado se adapta à tendência, não cria. (...) A produção de moda sem gênero é promissora."
Fábio Mariano Borges
PROFESSOR DA ESPM

que ganhou as gôndolas do varejo de roupas especialmente nos anos 1980 e 1990. Ele explica que, no caso do unissex, se pensa uma roupa que sirva para homens e mulheres. Já a moda sem gênero não leva esses conceitos em consideração. "É como comprar um notebook. Você não pergunta se é para o gênero masculino ou feminino", diz.

Para Lucy Reis, criadora da Saia-se, marca de saias para todas as pessoas, "a moda sem gênero é mais sobre pessoas do que sobre roupa". "Acreditamos que as pessoas verão – e já estão vendo – o vestir-se como algo extremamente natural, sem barreiras e com menos medo de se apresentar como si mesma."

Apesar de, a princípio, ter sentido o impacto da pandemia por causa do fechamento dos pontos de vendas físicos, dos quais dependia, a Saia-se fechou 2020 com um avanço de 35% nas vendas online, para onde direcionou a estratégia.

"Me dei conta de que seria (uma marca) sem gênero quando meu namorado perguntou que tipo de mulher compraria (mi-



Criação. 'Roupa para qualquer um usar', afirma Amanda

nhas saias) e eu respondi: 'Em nenhum momento falei que seria feminino'", conta Lucy, que hoje veste mulheres em busca de uma roupa com modelagem diferente do corte tradicional e homens que usam "todo tipo de roupas que um armário pode ter". Também tem, entre seus clientes,

aqueles que estão experimentando novos modos de vestir.

'Atemporal.' Essa ideia de moda que vista quem se identifica com a peça, independentemente de gênero, animou o casal Emerson Brandão e Francisco Santinho, sócios da marca CÊ

Juntos.

"Nossa missão é oferecer uma moda democrática, por ser de tamanho único e se adequar a vários tipos de corpos, sem gênero e atemporal, por não seguirmos tendências de moda e modismos que deixam as peças datadas", contam.

Eles afirmam que a marca surgiu espontaneamente, sem uma definição estratégica prévia para atuar nesse nicho. A ideia era compartilhar a ideia que a dupla tem de moda e os looks que ambos criavam.

Assim como os clientes da CÊ Juntos, o público do Studio Dalzotto é bastante diverso. As joias artesanais e autorais, produzidas por Gabriel Dalzotto, são feitas – e usadas – por qualquer gênero, mesmo acessórios que poderiam ser considerados "femininos".

Ainda na faculdade, Dalzotto ganhou uma bolsa para desenvolver uma linha sem gênero. Mas diz que, hoje, vê seu trabalho como uma expressão artística para quem quiser. "Não vou dizer, com minhas peças, quem deve ou não usá-las." Para ele, o avanço de pautas como pluralidade, identidade de gênero e orientação sexual vão criando cada vez mais espaço para novas formas de expressão – na moda também.

"A produção de moda sem gênero ainda é pequena, mas promissora", avalia Borges, da ESPM, explicando que, na pós-pandemia, a busca por redução de custos na produção poderá favorecer esse mercado. Afinal, mais barato para produzir, vender e distribuir uma coleção única do que duas coleções, uma para um dos gêneros binários (homens e mulheres).

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 31/03/21 - **Cidade/UF:** DF - **Imagem:** 1/2

Título: Estudo traça mapa de oportunidades na bioeconomia **Impacto:** Neutro



Sustentabilidade. Morada da Floresta, de Ana Paula Silva e Claudio Spinola, que desenvolveu sistemas de compostagem residencial e empresarial



Estudo traça mapa de oportunidades na bioeconomia

Levantamento Onda Verde rastreia demandas socioambientais e mostra potencial em 7 setores com 29 exemplos de negócios

Bianca Zanatta
ESPECIAL PARA O ESTADÃO



Mudanças climáticas, desmatamento e degradação das florestas, ocupação territorial desordenada e insuficiência de saneamento básico são hoje os principais desafios socioambientais que o Brasil enfrenta. Na mesma proporção, são inúmeras as oportunidades para empreender e investir em negócios que tenham impacto positivo. Para mapear iniciativas em sete setores da agenda ambiental, a plataforma de inovação multissetorial Climate Ventures e o think tank Pipe.Labo se debruçaram sobre o tema.

Feito em parceria com a Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto e com o apoio do Instituto de Cidadania Empresarial (ICE), Instituto Climate e Sociedade (iCS), Instituto

Humanize, Cargill e Fundo Vale, o estudo "A onda verde: oportunidades para empreender e investir com impacto ambiental positivo no Brasil" sintetiza 29 bons exemplos em 7 setores-chave: agropecuária; florestas e uso do solo; indústria; logística e mobilidade; energia e biocombustíveis; gestão de resíduos; e água e saneamento.

"De dois anos para cá, teve uma explosão da pauta ESG (sigla em inglês para aspectos ambiental, social e de governança) porque as lideranças das empresas estão entendendo que isso afeta diretamente a performance do negócio", explica Daniel Contrucci, cofundador da Climate Ventures. "Mas precisa diferenciar ESG de impacto real", continua. "Ambas as pautas precisam ser apoiadas e se desenvolver, mas nossa ideia é impulsionar negócios que já nascem com esse DNA de resolver e trazer impactos socioambientais positivos."

O especialista lembra que surgiram novos fundos para fomentar essa economia, como o pro-

grama de aceleração da Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA), Althelia Biodiversity Fund Brazil e Amazon Fund, mas todos reclamam da falta de pipeline. "Eles querem opção de investimento em negócios de impacto ambiental e não tem oferta nem no Brasil nem na América Latina", alerta.

Ou seja, estamos perdendo também dinheiro – e muito –, apesar de sermos o país com maior potencial no mundo para

● Oportunidades

"De dois anos para cá, teve uma explosão da pauta ESG porque as lideranças das empresas estão entendendo que isso afeta a performance do negócio."

"Eles (investidores) querem opção de investimento em negócios de impacto ambiental e não tem oferta nem no Brasil nem na AL."

Daniel Contrucci
COFUNDADOR DA CLIMATE VENTURES

negócios da bioeconomia, segundo Contrucci. "É hora de despertar para que o Brasil venha focado em uma economia socioambiental nos próximos 20 anos. O setor privado está aí e vai direcionar onde quer colocar seu capital."

Contrucci remete a um movimento que começou com o Acordo de Paris, há pouco mais de cinco anos, que deu o pontapé inicial para a migração de investimentos da economia tradicional para negócios com soluções sustentáveis – carbono zero, proteínas alternativas à carne bovina e uso de energias renováveis.

Ao mapear os desafios ambientais, o estudo Onda Verde joga luz sobre dezenas de oportunidades, tanto para empreendedores quanto para grandes empresas, investidores e governos, de se alinharem e lucrarem com essa agenda. Os 29 negócios levantados, alguns mostrados nesta página, exemplificam dores a resolver e soluções inovadoras que estão em curso.

Depois do estudo, a intenção é lançar um programa de impulsionamento para negócios que já existem, mas estão no "vale da morte", de acordo com o especialista. "São empresas e marcas que, apesar de terem grande potencial, não conseguem acessar os fundos de investimentos ou o mercado consumidor."

Resíduos domésticos. Práticas ecológicas já fazem parte do cotidiano de Ana Paula Silva e Claudio Spinola, casal fundador da Morada da Floresta, case de gestão de resíduos apontado pelo estudo que criou sistemas de compostagem residencial e empresarial no próprio local, evitando transporte e desperdício. Quando se conheceram, ele já fazia compostagem e coleta de água de chuva, enquanto ela era adepta do coletor mensal. Veio a primeira filha e o

Empresas miram produtores da floresta e do campo

● Conectando pequenos produtores amazônicos de artesanato, moda e produtos gastronômicos ao mercado consumidor nacional, a Amazônia em Casa, Floresta em Pé nasceu como desdobramento do Lab Amazônia - Desafio de Logística e Comercialização dos Produtos da Biodiversidade, realizado pela Climate Ventures com Idesam e PPA. Segundo a coordenadora Flávia Breyer, o projeto é tem diversos integrantes, com destaque para dois que foram fundamentais para que a solução ganhasse escala: Mercado Livre e o operador logístico multimodal Costa Brasil.

"Ao trazer esses produtos para casa, o consumidor não está só adquirindo coisas gostosas ou bonitas, mas apoiando o desenvolvimento de uma cadeia de produção de guardiões da floresta", acrescenta o co-coordenador da Climate Ventures, Vitor Galvani.

No caso da ManejeBem, cofundada pela bióloga Juliane Mendes, a empresa oferece uma tecnologia de inteligência para o desenvolvimento da agricultura familiar. "Minhas sócias e eu estamos terminando a pós-graduação quando vimos um edital do Social Good Brasil com uma chamada para ideias de negócios que resolvessem algum problema social." No final do processo, abriram uma primeira empresa de consultoria, mas não conseguiram atender a todos agricultores que queriam. Ai a tecnologia entrou em cena. "O ManejeBem começou com um grupo no WhatsApp que foi criado para conectar técnicos e agricultores de todos os cantos do País." / B.Z.

casal optou por não usar fraldas descartáveis. Foi então que decidiram compartilhar com a sociedade as soluções ecológicas que eles mesmos praticavam.

A Morada da Floresta possui marcas próprias para compostagem doméstica (composteira Humi), para menstuação sustentável (Ecoabs) e ainda produtos para a primeira infância (Behês Ecológicos).

"No caso da compostagem doméstica, começamos com o minhocário em caixas adaptadas e, em 2014, fizemos um projeto grande com a Prefeitura de São Paulo, que deu muita visibilidade para o tema no Brasil", conta Spinola. "Foi quando juntei a minha formação em artes plásticas com a prática da compostagem", aponta.

A composteira Humi foi lançada em 2017 e ganhou medalha de prata no Brazil Design Award, principal prêmio de design do País.

Paralelamente às linhas de produtos domésticos, eles também trabalham o B2B, desenvolvendo projetos de compostagem e educação ambiental para empresas, escolas, condomínios, indústrias e em parceria com prefeituras.

"Todas as nossas marcas têm foco na redução de resíduos", complementa Ana Paula, citando a parceria com a culinária e apresentadora Bela Gil, com quem desenvolveu a fralda ecológica reutilizável. "Calculamos que, desde a fundação da Morada da Floresta, em 2009, até a conclusão de 2020, as vendas de fraldas ecológicas contribuíram para reduzir mais de 10,5 milhões de fraldas descartáveis que iriam para os aterros sanitários", ela afirma.

Certificação sustentável.

Apoiar pequenas e médias empresas alinhadas com a pauta ESG sempre foi o propósito da Openbox.ai, fintech de antecipação de recebíveis que oferece taxas menores a pequenos negócios com práticas sustentáveis. "Não existia nenhum projeto nesse sentido, então nós mesmos desenhamos para criar a aderência da turma", explica o CEO Maurício Rodrigues.

Além de lançar o portal PME Sustentável, que serve de balizador do mercado, a empresa passou a oferecer a Certificação de Índice de Ações Sustentáveis (IAS) em parceria com a Eocert. "Dependendo do nível atingido, um cálculo vai diminuir a taxa de antecipação de crédito, podendo chegar até 1,9%", explica Rodrigues.

Gratuita e online, a ferramenta avalia os negócios por meio de um questionário que usa 48 critérios para mensurar o nível de desenvolvimento sustentável dentro de cinco grandes grupos: ambiental, social, proteção ao consumidor, solidariedade econômica e comprometimento da empresa.

A certificação pode ser obtida também por negócios que não usam o crédito Openbox e ajuda na qualificação na hora de conseguir crédito ou vender serviços. "O impacto disso é exponencial porque as grandes empresas podem apresentar a solução aos fornecedores e ter uma cadeia cada vez mais certificada. A sociedade ganha como um todo."

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 31/03/21 - **Cidade/UF:** DF - **Imagem:** 2/2
Título: Estudo traça mapa de oportunidades na bioeconomia

Mobilidade tem bike cargueira e lotação de ônibus monitorada

Pedivela busca tirar pequenos caminhões das ruas e Milênio criou sistema que detecta lotação nos ônibus

No setor de logística e mobilidade, negócios como Milênio Bus e Pedivela ganham destaque no estudo "A onda verde: oportunidades para empreender e investir com impacto ambiental positivo no Brasil" da plataforma de inovação multisectorial Climate Ventures e do think tank Pipe.Labo

A Milênio resolve o problema de linhas de ônibus urbanos

com má distribuição de veículos através de um sistema de "smartflow", que detecta a lotação no transporte coletivo em tempo real.

"A empresa surgiu com o objetivo de melhorar a vida do passageiro que pega ônibus lotado todos os dias e demora muito para chegar ao trabalho", conta o cofundador Marcel Ogando. "Especialmente agora na pandemia, planejar a operação sob demanda é algo necessário."

Atualmente, as frotas de mais de dez empresas brasileiras já utilizam o smartflow da Milênio. "Começamos a comercializar o produto recentemente, mas já foi possível perceber uma melho-

ria de 15% na eficiência da operação de um dos nossos clientes", exemplifica Ogando.

No caso da Pedivela, a iniciativa brotou quando o fundador Rafael Darrouy, então estudante de Medicina, estava andando de bicicleta e foi atropelado. Foi aí que ele decidiu virar ativista e lutar pela mobilidade urbana. A Pedivela nasceu com o propósito de tirar pequenos caminhões, motos e carros da rua e colocar as bikes.

A empresa tem pequenos pontos de distribuição (contêineres) que recebem as cargas de vendas de e-commerce e recruta um exército de ciclistas para fazer as entregas finais. "Temos prazos e custos competitivos para uma entrega limpa", explica Darrouy. Eles também oferecem capacitação para os ciclistas. "Nosso programa é tipo uma Empretec do Sebrae, que capacita os ciclistas para abrirem a própria empresa", diz. Aos que se destacam, dão uma consultoria mais próxima,

VISÃO DE NEGÓCIOS

● Onde investir

Agropecuária; florestas e uso do solo; indústria; logística e mobilidade; energia e biocombustíveis; gestão de resíduos; água e saneamento

● Exemplo de empresas

Agrottools; Biofilica; Boomera; Café Apui; Conexus; Eco Araguaia; Eco Panplas; EW; Genecoin; Green Mining; Inocas; Maneje bem; Milênio Bus; Mirova; Molécoola; Morada da floresta; Mov; Na'kau; Pedivela; PPA; Print Green 3D; Rizoma; Safe Drinking; Water for All; Seringô; Sun Mobi; Sunew; Wast2go; Wier; Yak

abrindo a rede de contatos da Pedivela e trazendo investidores, como forma de igualar oportunidades para quem não partiu do mesmo ponto desde o início. /BZ.



Oportunidade. Rafael Darrouy, fundador da Pedivela

Veículo: Folha de São Paulo - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 31/03/21 - Cidade/UF: DF
Título: Orçamento fictício leva equipe de Guedes a ameaçar nova debandada Impacto: Neutro

mercado



O ministro da Economia, Paulo Guedes; no ano passado, pasta perdeu secretários frustrados com falta de avanço na agenda liberal

Orçamento fictício leva equipe de Guedes a ameaçar nova debandada

Para Ministério da Economia, sancionar texto como aprovado será crime de responsabilidade

Bernardo Caram, Thiago Resende e Fábio Pupo

BRASÍLIA. As ameaças ao teto de gastos criaram um ambiente de revolta dentro do Ministério da Economia. Membros da cúpula da pasta sinalizaram que, se a regra de limitação de despesas for quebrada, poderão deixar os cargos em razão das manobras no Orçamento de 2021.

O movimento poderia ser maior do que a debandada no rítm do ministro Paulo Guedes (Economia) em agosto de 2020 diante da dificuldade de avanço da agenda liberal no governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Na época, por causa da falta de apoio político, os ex-secretários especiais Salim Mattar (Desestatização) e Paulo Uebel (Desburocratização) deixaram os cargos ao mesmo tempo.

Ainda surpresas com as recentes trocas feitas por Bolsonaro em ministérios, membros da área econômica ouvidos pela afirmam que, se não houver solução para o impasse do Orçamento, que dê a regra do teto em risco, haverá vagas disponíveis no Ministério da Economia.

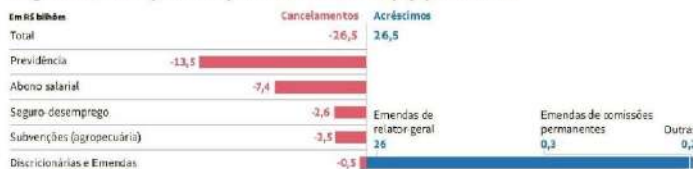
De acordo com um auxiliar de Guedes, o ministro deu o recado a colegas e a Bolsonaro, a quem caberá a decisão final no governo sobre o problema no Orçamento será resolvido.

Segundo técnicos do Ministério da Economia, para o teto de gastos não ser rompido, será preciso ser feito um corte de despesas que pode paralisar a máquina pública.

A solução, então, é que parlamentares e ministros da área de infraestrutura e obras concordem em desistir de alguns projetos, abrindo espaço no Orçamento para os gastos obrigatórios, que estão abaixo do patamar mínimo.

A análise do ministério sobre possíveis soluções para o impasse envolve, principalmente, os secretários de Fazenda, Waldery Rodrigues, de Orçamento, George Soares, e do Tesouro, Bruno Funchal, além de Guedes.

Congresso cancela despesas no Orçamento de 2021 e abre espaço para emendas



Algumas despesas que estão abaixo das projeções do governo e da IFI



*Análise feita pelo Ministério da Economia com base em dados da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado

A própria equipe econômica vê risco ao assinar o texto, caso seja sancionado da forma aprovada pelo Congresso. Para integrantes do governo ouvidos pela Folha, formalizar o Orçamento no desenho atual significaria assinar uma emenda da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A avaliação na pasta é que o presidente estará se colocando em risco se não alcançar um acordo para corrigir o Orçamento. Para uma pessoa próxima a Guedes, a atualização do texto inviabilizaria o funcionamento do governo nos próximos meses, deixando o presidente em posição vulnerável em relação aos parlamentares, que poderiam cobrar uma fatia mais alta no futuro para tirá-lo de eventual risco de impeachment.

Diante das dificuldades, servidores do ministério também temem assinar documentos e atos da pasta que possam gerar punições no futuro por estarem em desacordo com as regras fiscais. O movimento é conhecido como "apagão de canetas".

O presidente da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento do Orçamento (Márzio Gómezz), afirma que os técnicos do ministério são responsáveis por assinar créditos para a execução orçamentária ao longo do ano, o que os coloca em risco diante dos problemas nas contas de 2020.

"O que estamos preocupando é que, na hora de os técnicos se posicionarem sobre esses créditos, eles possam ser arrolados pelo TCU (Tribunal de Contas da União) como partícipes de alguma irregularidade administrativa", disse.

"Estamos avaliando possibilidades jurídicas para nos precavermos", disse. O temor dentro do Ministério da Economia também se agravou diante de sinalizações de que o TCU quer ajustes no Orçamento. O tribunal entrou no assunto após uma representação sobre o Orçamento feita por deputados na segunda-feira (29).

De acordo com relatos de integrantes do TCU feitos à Folha, o tribunal deve fazer um levantamento dos problemas que levaram ao impasse e cobrar informações da Casa Civil ou do Ministério da Economia. Mesmo que não haja uma posição conclusiva, o órgão deve emitir um posicionamento "suficientemente duro" sobre o tema.

Caso seja objeto de análise preliminar da unidade técnica do tribunal. Conforme integrantes do TCU, a área pode concluir em parecer que há crime de responsabilidade de Bolsonaro sancionar o Orçamento conforme o texto saiu do Congresso.



Subestimar despesa leva a retrocesso nas contas públicas, diz Tesouro

Bernardo Caram

BRASÍLIA. Após o Congresso aprovar um Orçamento classificado como fictício e inexecutável para 2021, o Tesouro Nacional informou nesta terça-feira (30) que subestimar despesas sem justificativa técnica deteriora a transparência do gasto público e o alcance das regras fiscais, o que pode ser visto como um retrocesso para o controle das contas do governo.

O recado do órgão responsável pela administração dos recursos federais foi apresentado em documento que acompanha a divulgação do resultado das contas públicas de fevereiro. No mês passado, o governo federal registrou déficit fiscal de R\$ 21,2 bilhões.

Em decisão que gerou críticas de especialistas e técnicos, o Congresso aprovou na última semana o Orçamento de 2021 após fazer uma manobra para cortar artificialmente as despesas obrigatórias, como gastos com Previdência, e ampliar gastos com emendas parlamentares.

"A subestimativa de despesas obrigatórias sem justificativa técnica robusta deteriora a transparência da utilização dos recursos públicos, bem como o alcance das regras fiscais. Esse recurso pode ser visto como um retrocesso para o controle das contas públicas, justamente no momento em que o país precisa fortalecer as regras existentes", informou o Tesouro.

O órgão defendeu a preservação do teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas do governo. A avaliação é que a norma permite uma consolidação fiscal no médio prazo, sem a necessidade de cortes abruptos ou aumento de impostos.

Para que o teto seja mantido, o Tesouro afirma que será necessário recompor os gastos obrigatórios subestimados e cortar emendas — despesas indicadas por parlamentares para obras em suas bases eleitorais. O órgão argumenta que o corte precisa ser feito nessa conta porque eventual redução das despesas discricionárias, que incluem gastos administrativos e de custeio, poderia levar à paralisação em atividades essenciais do Estado.

No relatório desta terça, o Tesouro mostrou que o número de R\$ 21,2 bilhões em déficit é melhor do que o déficit de R\$ 25,8 bilhões observado no mesmo mês do ano passado, quando ainda não havia efeito do coronavírus.

O dado do mês também foi melhor do que o esperado pelo mercado. Pesquisa do Prisma Fiscal do Ministério da Economia projetava um déficit de R\$ 27,6 bilhões no mês.

Parte do desempenho foi explicado pela arrecadação extraordinária de imposto de renda e contribuição sobre o lucro de empresas, o que ampliou os ganhos em R\$ 5 bilhões. Como o Orçamento operando de forma limitada enquanto os contornos não são sancionados pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), houve queda de R\$ 2,6 bilhões nos gastos discricionários.

No acumulado do primeiro bimestre do ano, as contas do governo federal operam em superávit de R\$ 22,4 bilhões, acima dos R\$ 18,3 bilhões do mesmo período de 2020.

de Bolsonaro sancionar o Orçamento conforme o texto saiu do Congresso.

Com o objetivo de preservar a equipe, o rítm da pasta não é entrar em confronto com o Congresso. Um exemplo usado internamente é o de Ernesto Araújo, que entrou em um embate público com parlamentares e acabou forçado a pedir demissão.

Guedes fez um pedido à classe política nesta terça-feira (30) para ajustar o Orçamento e para que não haja uma desorganização da economia.

"Nosso apelo final é que os acordos políticos têm que caber nos orçamentos públicos. A essência da política é fazer alocação dos recursos, [com] nosso compromisso com a saúde e a responsabilidade fiscal", afirmou ao participar da divulgação de dados do mercado de trabalho.

Sem citar nomes, o ministro atribuiu os problemas ao Orçamento a uma falha de comunicação entre os envolvidos. Ele disse haver espaço para usar mais recursos públicos neste ano, mas desde que diretamente para o combate à Covid ou seus efeitos e com valor definido para cada programa.

Nas semanas passadas, o Congresso aprovou o Orçamento após um corte em despesas obrigatórias, como a verba para aposentadorias e pensões, que passou a ficar subestimada na previsão de gastos de 2021.

A manobra, que teve o aval de aliados de Bolsonaro, foi para abrir espaço no Orçamento para mais emendas parlamentares — forma de um congressista colocar sua agenda política para projetos na base eleitoral, especialmente obras.

Ao turbinar emendas e reduzir os recursos para despesas obrigatórias (que não podem ser adiadas), o Congresso aprovou um Orçamento para 2021 que, na avaliação da equipe econômica, é inexecutável e põe em risco a regra do teto.

O teto de gastos é uma regra aprovada pelo Congresso em 2016 para controlar as contas públicas. A norma constitucional impede que as despesas cresçam acima da inflação.

O corte no gerenciamento orçamentário, que pode ser aproximado de R\$ 40 bilhões, precisaria ser nas chamadas despesas discricionárias, que englobam gastos com energia elétrica, água, terceirizados e materiais administrativos, além de investimentos em infraestrutura, bolsas de estudo e emissão de passaportes, por exemplo.

Leia mais nas pgs. A16 e A17

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 31/03/21 - **Cidade/UF:** DF

Título: Em novo embate, Guedes quer reduzir verba de Marinho após emendas **Impacto:** Neutro

Em novo embate, Guedes quer reduzir verba de Marinho após emendas

Ministro do Desenvolvimento Regional se reuniu com relator do Orçamento às vésperas da votação do projeto de Orçamento

Thiago Resende, Fábio Pupo e Bernardo Caram

BRASÍLIA Membros da equipe econômica atribuem ao ministro Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) parte da articulação que influiu as emendas parlamentares no Orçamento de 2021.

A verba destinada ao ministro subiu de R\$ 6,4 bilhões, na versão original do governo enviada em agosto do ano passado, para quase R\$ 21 bilhões na versão final, aprovada pelo Congresso. Foi a pasta que mais ganhou espaço durante as negociações políticas envolvendo o Orçamento.

Marinho se reuniu com o relator do Orçamento, senador Márcio Bittar (MDB-AC), no dia 22 de março, pouco antes do início do processo de votação do projeto de despesas de 2021 no Congresso.

A interpretação de membros da equipe econômica é que Marinho correu por fora, fazendo acordos políticos com parlamentares, contribuindo para atentar contra o próprio Orçamento tradicional e o teto de gastos.

Avião é que isso fere a própria força da intermediação política do governo, já que o Congresso tenderia a olhar o ministro como alguém de forte influência na destinação de verbas.

Na elaboração orçamentária, o governo deixa um espaço para que obras, por exemplo, sejam patrocinadas por parlamentares por meio de emendas. Por isso, o Desenvolvimento Regional, responsável por projetos na área habitacional, de saneamento e de gestão hídrica, é irrigado por recursos a serem apontados por deputados e senadores.

No entanto, a equipe econômica avalia que a expansão da verba do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) acabou prejudicando o espaço no Orçamento para despesas obrigatórias, como aposentadorias, e também o custo da máquina pública.

A ideia é, então, que a pasta de Marinho irá perder recursos no contingenciamento a ser feito pela equipe de Guedes. Procurado, o MDR não quis comentar.

Os ministros assumem lados opostos em Brasília. Marinho briga por mais obras com

dinheiro público, enquanto Guedes quer conter as despesas do governo.

Marinho é ex-deputado federal e foi secretário especial de Previdência e Trabalho, integrante da equipe de Guedes, durante a aprovação da reforma da Previdência. No entanto, desde fevereiro de 2020, Marinho comanda a pasta do Desenvolvimento Regional.

Foi então que os dois passaram de aliados a desafetos. As divergências sobre o uso de recursos públicos para obras e os rumos da política econômica gerou seguidos embates entre eles. Até mesmo o presidente Jair Bolsonaro já teve que intervir.

Em outubro do ano passado, durante reunião do conselho de governo, Bolsonaro determinou que cada ministro fale apenas sobre temas diretamente relacionados à sua respectiva pasta. Foi mais um gesto de apoio ao ministro a Guedes.

O Ministério da Economia avalia que a verba para Marinho em 2021 está acima do considerado aceitável e, por isso, definiu que a pasta deve ser alvo dos cortes para reformular o Orçamento.

Nos bastidores, três formas para ajustar o Orçamento foram colocadas sobre a mesa. A votação de um projeto orçamentário completamente novo, o ajuste nos números pelo relator ou vetos a aumentos de despesas a serem feitos por Bolsonaro no ato da sanção.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), descartou em entrevista à *Folha* nesta segunda-feira (29) a possibilidade de um projeto completamente novo e parte da equipe econômica menciona os vetos como o caminho que mais faz sentido.

Independentemente de como esse ajuste será feito, a condição inicial é haver um acordo com a classe política. As conversas entre governo e aliados precisam encontrar um consenso sobre o que vai ser retirado do Orçamento.

As conversas prosseguem e dependem de refazer costuras com parlamentares. A equipe econômica tinha aceitado um acordo para encaixar cerca de R\$ 16 bilhões em emendas a mais no Orçamento durante o processo de tramitação, mas ala política e aliados fo-

SENADO APROVA DEDUÇÃO DE IR PARA QUEM CONTRATAR LEITOS PRIVADOS PARA USO NO SUS
O Senado aprovou nesta terça (30) um projeto de lei que busca aumentar a quantidade de leitos hospitalares para pacientes com Covid-19, ao conceder isenções de Imposto de Renda para quem contratar leitos privados para uso no âmbito do sistema público. A proposta foi aprovada de maneira simbólica pelos senadores. O projeto segue agora para a sanção do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). O projeto de autoria do deputado Doutor Luizinho (PP-RJ) foi patrocinado pela cúpula do Congresso. O projeto cria o programa Pró-Leitos, que se propõe a incentivar que empresas e pessoas físicas possam usar seus recursos para contratar leitos hospitalares clínicos e de UTI na rede privada. Esses leitos seriam repassados para o SUS e destinados para pacientes com Covid-19.

ram além e o montante ultrapassou R\$ 30 bilhões — inviabilizando os números.

As mudanças deixaram o Orçamento sem recursos suficientes para despesas obrigatórias, que são demandas por leis ou pela Constituição. Por isso, Bolsonaro ficou diante de um impasse jurídico para a sanção.

Os entendimentos sobre as emendas foram feitos ao longo da tramitação com nomes como o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL); o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG); o senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator do Orçamento; o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP); e até a deputada Flávia Arruda (PL-DF), anunciada como nova ministra da Secretaria de Governo.

Agora, o objetivo do ministério é buscar manter apenas o acordo inicial de R\$ 16 bilhões em emendas extras, de forma a fazer os números (e os acordos) caberem no Orçamento. Isso permitirá que as verbas possam, de fato, ser executadas.

Para membros do Ministério da Economia, o governo parecia ter reunido uma base de sustentação no Congresso, aprovando medidas como a autonomia do Banco Central e a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) Emergencial, que implementa gatilhos de ajuste fiscal. No entanto, a percepção é que a análise do Orçamento mostrou que a base pode se fragilizar quando esses atores buscam interesses próprios.

Um auxiliar de Guedes afirma que, se os parlamentares quisessem autonomia para gerir as contas públicas, deveriam ter aprovado antes as medidas de desvinculação e desobrigação do Orçamento, defendidas pelo ministro.

As ações foram deixadas de lado na tramitação do Plano Mais Brasil — conjunto de três PECs enviadas em novembro de 2019 que reformavam as contas públicas e reviam gastos obrigatórios. Os textos acabaram virando um texto desidratado, que foi aprovado sem potencial de mudanças no curto prazo.

Sem essas ações, dizem, não há margem para corte de despesas obrigatórias nem espaço para elevar gastos de interesse dos congressistas.

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 31/03/21 - Cidade/UF: DF

Título: Covid completa um ano de efeitos no mercado de trabalho Impacto: Neutro

Covid completa um ano de efeitos no mercado de trabalho

Crise influencia vagas de maneira distinta, com indústria e construção como 'campeões'; serviços ainda se recuperam

UM ANO DE PANDEMIA NA ECONOMIA

Fábio Pupo

BRASÍLIA O mercado de trabalho formal completou um ano sob os efeitos da Covid-19 registrando consequências distintas entre os setores e, no cômputo geral, um crescimento de empregos com carteira assinada. Houve fechamento de vagas em serviços, principal empregador do país, mas áreas como indústria e construção mais do que compensaram os cortes e garantiram o saldo positivo.

No total, o mercado formal medido pelo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) mostrou resiliência e abriu 412 mil vagas de forma líquida (contratações menos demissões) nos 12 meses terminados em fevereiro.

O Caged mede apenas os contratos regidos pela CLT. Dados do IBGE, que englobam também o mercado informal mostram que a taxa de desocupação ficou em 13,5% em 2020, maior percentual em toda a série histórica da Pnad Contínua, iniciada em 2012.

No Caged, o único setor impactado de forma negativa no período foi o de serviços, que depende mais fortemente da circulação de pessoas e fechou 107 mil vagas no período em meio às restrições de atividades e o isolamento social.

Mas o setor não viu um fechamento de vagas de forma em todos os seus segmentos. Dentro do grupo, prejudicaram os números principalmente as áreas de alojamento e alimentação (corte de 267 mil postos em um ano), educação (119 mil) e transporte, armazenagem e correio (53 mil).

Por outro lado, abriram vagas em serviços atividades como as administrativas (164 mil postos abertos) e as de informação e comunicação (mais 35 mil), que englobam empregados que conseguem trabalhar a distância ou que servem de suporte a esses profissionais. Também foram contratados profissionais de saúde humana (mais 139 mil postos).

O grande campeão nos 12 meses da Covid foi o setor da indústria, com abertura de 175 mil vagas (puxadas sobretudo

pela indústria da transformação). Construção veio em seguida, com 133 mil vagas.

Bruno Imaizumi, economista da LCA Consultores, diz que as fábricas foram impactadas principalmente no começo da crise, mas começaram a se recuperar em grande parte por uma demanda alimentada pelas medidas do governo como o auxílio — que destinou quase R\$ 300 bilhões à população e estimulou o consumo de bens duráveis.

Já a construção foi beneficiada por ter sido considerada uma atividade essencial, com funcionamento protegido pelos decretos sanitários, e pela demanda do auxílio emergencial. "Foi um setor que praticamente não parou."

Fator considerado fundamental pelos especialistas para a preservação dos números na crise é o programa de manutenção de emprego, que permitiu corte temporário de salários e jornadas ou suspensões de contrato em troca de um benefício do governo ao profissional afetado.

Todas as regiões abriram vagas, mas o Sudeste ficou na lanterna, com um terço do desempenho do campeão Sul.

Para Imaizumi, o estágio do contágio em 2020 (mais brando no Sul, com menos necessidade de restrições) levou a essa discrepância.

Os números continuam mostrando aceleração na abertura de vagas em fevereiro com 401,6 mil postos de trabalho criados. O Ministério da Economia já dá como certo o impacto das ações de isolamento nos dados a serem vistos nas próximas divulgações.

Houve saldo positivo nos cinco setores, liderados por serviços (abertura de 173,5 mil postos). Em seguida, ficaram indústria (93,6 mil), comércio (68,1 mil) e agropecuária (23,1 mil).

De acordo com o ministério, os números foram impulsionados por uma melhora na economia, por medidas do governo e também por um movimento sazonal em fevereiro — que tradicionalmente mostra melhora em serviços.

Paulo Guedes disse que o mercado de trabalho formal está se recuperando em altíssima velocidade e que o país está no caminho certo da recuperação da atividade, mas defendeu a vacinação da população para a atividade se recuperar de maneira firme.

Bruno Bianco, secretário especial de Previdência e Trabalho, afirmou que a nova fase de fechamento de atividades por causa do avanço da pandemia traz preocupações e que será natural ver impacto no mercado de trabalho.

"Pode, sim, ter piora, é natural. Houve um fechamento [de atividades] mais expressivo. Isso nos preocupa enquanto gestores e brasileiros", afirmou. "Certamente, teremos os números caindo e, mais do que tudo, pessoas com possibilidade de perder emprego. Essa é nossa luta, para que possamos evitar isso."

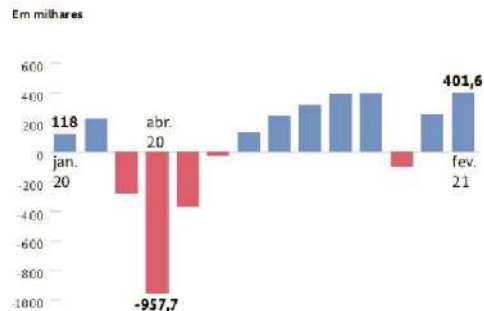
Para mitigar os impactos da crise, a equipe econômica prepara a recriação do programa de manutenção de emprego.

A adesão ao programa foi encerrada no ano passado e a medida ainda não foi relacionada porque o desenho proposto pela Economia foi barrado pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

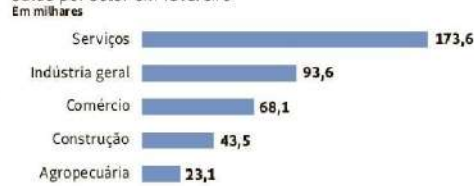
A ideia era cortar recursos do seguro-desemprego pa-

País cria mais de 400 mil vagas formais em fevereiro

Saldo líquido mensal de empregos formais (contratações menos demissões)*



Saldo por setor em fevereiro



Saldo por setor na crise

Em 12 meses terminados em fevereiro, em milhares*



Saldo por região na crise

Em 12 meses terminados em fevereiro, em milhares*



*Dado com ajuste (incluindo informações entregues fora do prazo), exceto para fevereiro de 2021. Fonte: Caged

ra assegurar a permanência do trabalhador na empresa, o que transformaria a medida em uma espécie de "seguro-emprego". Mas a ala política do governo convenceu Bolsonaro de que a medida poderia gerar críticas.

Por isso, o programa deve ser relançado por meio de crédito extraordinário — que fica fora do teto de gastos. Mas há insegurança jurídica na equipe econômica sobre a possibilidade de lançar o instrumento (que ficaria em torno de R\$ 10 bilhões) antes de estarem concluídos os trâmites do Orçamento de 2021, que por sua vez está diante de um impasse jurídico para a sanção.

"Está demorando um pouco porque temos uma questão. Temos vários pontos fiscais a serem avaliados", afirmou Bianco. "Ainda que lancemos mão de crédito extraordinário, existe a preocupação de que não teremos a segurança necessária. Porque você poderia ter espaço para fazer dentro do Orçamento e o crédito, constitucionalmente falando, está fora do Orçamento. E se não temos o Orçamento, isso cria uma insegurança para tudo isso".

Bolha imobiliária no Brasil é tema de debate

SÃO PAULO O boom de lançamentos imobiliários nos últimos meses em alguns grandes centros do país, sobretudo em São Paulo, acendeu o alerta para a possibilidade de esse mercado estar passando por uma "bolha" — especialmente após os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o emprego e a renda das famílias.

Em 2020, a própria indústria da construção civil, um dos setores mais intensivos em mão de obra e que emprega 6,7 milhões de pessoas — cerca de 6% do PIB —, sofreu um duro golpe com a pandemia.

O setor amargou queda de 7% em sua atividade no ano passado, segundo o IBGE. Apesar disso, é grande o número de novos empreendimentos residenciais, segmento considerado por muitos como alternativa de investimento no cenário de juros menores.

Para debater o tema, a Folha e o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, farão nesta quarta (31), a partir das 10h, o seminário online "Há bolha no mercado imobiliário?".

Participam Ana Maria Castelo, pesquisadora do FGV Ibre, Alberto Ajzenal, professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da FGV, e Paulo Picchetti, professor do FGV Ibre. A mediação do encontro será do repórter especial da Folha Fernando Canzian.

“Precisamos vacinar em massa para que o brasileiro informal, os quase 40 milhões de invisíveis, não fiquem nessa escolha cruel entre sair e ser abatido pelo vírus ou ficar em casa se ser abatido pela fome. Precisamos da vacinação em massa

Paulo Guedes
ministro da Economia

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 31/03/21 - **Cidade/UF:** SP
Título: Por que economistas chamam Orçamento de 'peça de ficção' **Impacto:** Neutro



O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), durante a votação do Orçamento Pablo Valadares - 25.mar.21/Câmara dos Deputados

Por que economistas chamam Orçamento de 'peça de ficção'

Especialistas em contas públicas explicam problemas do texto aprovado

Thais Carrança

SÃO PAULO | BBC NEWS BRASIL "Peça de ficção", "retorno das pedaladas fiscais", "vergonhoso", "inexequível", "acinte à transparência no trato da coisa pública".

Essas foram algumas das expressões usadas nos últimos dias por parlamentares, economistas e até mesmo técnicos do governo para classificar o Orçamento federal para 2021.

A previsão de gastos do governo foi aprovada pelo Congresso Nacional na semana passada, com três meses de atraso, e às vésperas do início da discussão sobre o Orçamento de 2022 — o Executivo costuma encaminhar o projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do ano seguinte até 15 de abril de cada ano.

Quais são os problemas do Orçamento aprovado? Há risco de o governo parar por falta de dinheiro? Por que se fala novamente em "pedaladas fiscais" e "contabilidade criativa"? Tem como consertar?

A BBC News Brasil ouviu Felipe Salto, diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado, e Carlos Kawall, diretor da gestora ASA Investments e ex-secretário do Tesouro, para tirar essas e outras dúvidas sobre o Orçamento de 2021.

1. Quais os principais problemas do Orçamento?

Kawall e Salto explicam que o principal desafio na elaboração do Orçamento para 2021 é o cumprimento da regra do teto de gastos, que limita o crescimento da despesa de cada ano à variação da inflação no ano anterior.

"No fim do ano passado, tivemos uma surpresa inflacionária, com a inflação muito acima do esperado, particularmente no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que corrige despesas obrigatórias como Previdência, abono salarial e BPC (Benefício de Prestação Continuada, pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda). Todas as despesas que estão ligadas ao salário mínimo", diz Kawall.

INPC é o indicador que mede a variação dos preços para famílias com renda entre um e cinco salários mínimos. Ele é usado como referência nas negociações salariais no setor privado e no reajuste anual do mínimo pelo governo.

Com a disparada do preço dos alimentos no ano passado, o INPC fechou 2020 em alta de 5,45%, acima da expectativa do governo, que era de um avanço de 2,09%. Com isso, o salário mínimo para este ano foi fixado em R\$ 1.100,

ante previsão do governo em agosto de um salário-base de R\$ 1.067 para 2021.

"Isso criou uma defasagem entre o valor que estava no Orçamento para essas despesas e o que efetivamente se vai gastar agora", diz o economista.

2. Há risco de o governo parar por falta de dinheiro?

Segundo os economistas, esse risco, de fato, existe.

Em 22 de março, o Ministério da Economia estimou que as despesas obrigatórias (que são cerca de 92% do total) estavam subestimadas em cerca de R\$ 17 bilhões.

Para resolver o problema, seria necessário contingenciar o gasto discricionário, como é chamada aquela fatia do Orçamento sobre a qual o governo tem algum poder de decisão sobre o uso. É diferente do que acontece com o gasto obrigatório, que não pode ser redirecionado.

"Ocorre que, na hora da aprovação do Orçamento — até onde sabemos, de comum acordo com a cúpula do governo —, o relator [senador Márcio Bittar, do MDB do Acre] tirou das despesas obrigatórias um valor adicional de R\$ 26 bilhões, pra destinar mais recursos a emendas parlamentares", diz Kawall.

"Então, imagina: eu já estou devendo R\$ 17 bilhões, o relator vai lá e aumenta essa dívida

em R\$ 26 bilhões, gerando uma deficiência no Orçamento de mais de R\$ 43 bilhões. O que era ruim ficou inviável".

Segundo Kawall, R\$ 7 bilhões podem ser abatidos desse "rombo", porque houve uma decisão do Codefat (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador) de postergar o pagamento de parte do abono salarial de 2021 para 2022. O abono é uma espécie de "14º salário" pago a trabalhadores com carteira assinada que recebem baixos rendimentos.

Amudança de calendário do abono ainda depende da edição de medida provisória. Se aprovada, ainda assim, o buraco nas contas seria de cerca de R\$ 36 bilhões, estima Kawall.

"O valor de R\$ 36 bilhões é mais de 0,5% do PIB. Sob qualquer métrica, é muita grana." Para compensar esse montante com redução de despesas não obrigatórias, isso significaria reduzir esse tipo de gasto para cerca de R\$ 54 bilhões. O patamar é considerado inviável.

Onível "confortável" para a despesa não obrigatória é estimado entre R\$ 100 bilhões e R\$ 110 bilhões. Entre R\$ 80 bilhões e R\$ 90 bilhões é considerado um limite extremo.

"Os R\$ 54 bilhões não são factíveis. Você não tem como garantir o custeio da máquina, aí começam proble-

mas como falta de dinheiro para emitir passaporte, para pagar contas de luz e água de órgãos públicos, e tudo mais que é necessário para o custeio do governo."

3. Por que se fala novamente em "pedaladas fiscais" e "contabilidade criativa"?

Segundo Kawall, há um ponto em comum entre as manobras fiscais que levaram ao impeachment de Dilma Rousseff (PT) e os problemas do Orçamento aprovado pelo Congresso na semana passada.

"O que une as duas experiências históricas é a ideia de gastar mais. De encontrar uma maneira de contornar a regra fiscal — lá a Lei de Responsabilidade Fiscal, aqui o teto de gastos — no intuito de fazer mais gasto", diz o economista da ASA Investments.

Salto, da IFI, diz que os dois casos têm em comum Orçamentos distantes da realidade.

"A chamada 'contabilidade criativa', como ficou conhecida no período de 2008 a 2014, foi um conjunto de práticas que permitiu aumentar o gasto público, respeitando a meta de gasto primário, mas alterando essa meta", diz o economista, lembrando que, por exemplo, investimentos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) foram abatidos, depois de desonerações.

Kawall lembra ainda o uso de bancos públicos para financiar o Tesouro.

"O Orçamento de 2021 pode abrir a porta para problemas similares, porque a peça orçamentária está muito distante da realidade", avalia Salto. "Então esse é um risco que precisa ser mapeado, pois pode ensejar práticas de contabilidade criativa que já prejudicaram muito no passa das contas públicas."

4. Tem como consertar?

Segundo os economistas, sim, mas não há solução simples.

"Quando a realidade se impuser, o Executivo vai ter que suplementar as despesas obrigatórias. Porque ele vai ter que pagar aos aposentados, não vai deixar sem pagar", diz Salto.

Somente na Previdência, a estimativa de despesa do Orçamento aprovado é de R\$ 690,9 bilhões, ante previsão da IFI de um gasto necessário de R\$ 704,5 bilhões e projeção do governo de desembolso de R\$ 712,9 bilhões. Ou seja, somente no INSS, estaria faltando entre R\$ 13 bilhões e R\$ 22 bilhões, a depender da estimativa mais ou menos conservadora.

"Para fazer essa suplementação, o governo teria duas opções: ou fazer contingenciamientos ou reestimar a receita. Mas reestimar a receita não resolve, devido ao teto de gastos", diz Salto.

Isso porque, pela regra do teto, o crescimento do gasto é limitado à inflação do ano

anterior, independentemente de haver mais ou menos arrecadação de impostos.

Assim, a única opção é contingenciar. Para cortar despesas do próprio Executivo, esbarra-se no fato de que elas estão num limite muito baixo e há risco de "shutdown", como explicou Kawall.

"Outra opção é cortar emendas parlamentares, mas elas não podem simplesmente ser cortadas para complementar despesas obrigatórias. A lei não permite. Então muito provavelmente será preciso enviar projeto de lei para fazer isso", conclui Salto.

"Então o Executivo está diante de um problema muito grave: ele vai ter que suplementar as despesas obrigatórias, criar as condições técnicas e jurídicas para conter as despesas discricionárias, e assim cumprir o teto de gastos", diz Salto, destacando que, pelas contas da IFI, o corte de despesas necessário seria de R\$ 31,9 bilhões.

5. Por que o Orçamento de 2021 gerou tantas críticas?

"Foi uma grande lambança. Um episódio muito ruim do ponto de vista da sinalização do compromisso do Congresso com o arcabouço fiscal do próprio governo", diz Kawall.

Segundo o economista, a aprovação do Orçamento também explicitou a falta de compromisso dos dois presidentes recém-eleitos da Câmara e do Senado com as reformas necessárias para reestabelecer o equilíbrio da trajetória da dívida pública.

"Outro ponto que deixou a todos atônitos é que o aumento de gastos não foi feito em resposta à pandemia", afirma Kawall.

"Muita gente acreditava que o governo fosse usar o novo decreto de calamidade [incluído na PEC Emergencial aprovada em fevereiro] para tentar fazer mais gastos com auxílios via créditos extraordinários, como no ano passado", diz o economista.

"O que deixa a mensagem dessa 'pedalada' mais amarga é ver que não. Eles não fizeram isso para ter mais dinheiro para combater a pandemia, para apoiar os necessitados. Fizaram isso para poder ter mais emenda parlamentar, mais gasto com uma ótica puramente eleitoral."

"É uma postura política abominável das lideranças políticas do Congresso, com o beneplácito do Executivo. Num momento tão dramático como o que estamos vivendo, de falta de vacina, falta de oxigênio, falta de recursos para apoiar os mais pobres, o Congresso simplesmente olhar para sua própria barriga e aprovar uma flagrante ilegalidade com fins meramente eleitorais. Então tem esse lado chocante também do ponto de vista humano", conclui o economista.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 31/03/21 - **Cidade/UF:** SP

Título: Mercado ignora maior crise militar em quase 45 anos, e Bolsa sobe 1,23% **Impacto:** Neutro

Mercado ignora maior crise militar em quase 45 anos, e Bolsa sobe 1,23%

Real é a moeda emergente que mais se valoriza; mudança ministerial agrada a investidores

Júlia Moura

SÃO PAULO Os índices do mercado financeiro brasileiro não reagiram à maior crise militar desde 1977. Enquanto era anunciada a saída dos três comandantes das Forças Armadas por discordar do presidente da República, indicadores financeiros apontavam nesta terça-feira (30) uma redução de risco no Brasil.

Na manhã desta terça, Edson Leal Pujol (Exército), Ilques Barbosa (Marinha) e Antônio Carlos Bermudez (Aeronáutica) colocaram seus cargos à disposição do general da reserva Walter Braga Netto, novo ministro da Defesa, e reafirmaram que os militares não participaram de nenhuma aventura golpista. A pedido do presidente Jair Bolsonaro, foram demitidos.

O Ibovespa, principal índice da Bolsa brasileira, encerrou o pregão em alta de 1,23%, a 116.849,67 pontos. O dólar caiu 0,15%, a R\$ 5,7580. O turismo está a R\$ 5,93.

O real foi a moeda emergente que mais se valorizou no pregão desta terça.

Em um sinal de menor aversão a risco, os juros futuros cederam. Juros futuros são taxas de juros esperadas pelo mercado nos próximos meses e anos. São a principal referência para o custo de empréstimos que são liberados atualmente, mas cuja quitação ocorrerá no futuro.

O juro para julho 2026 foi de 8,718% na véspera para 8,53%. A taxa para janeiro de 2033 foi de 9,44% para 9,34%.

Segundo André Perfeito,

economista-chefe da Necton, a mudança nas Forças Armadas não implica grandes alterações de curto prazo, por isso o mercado não reage à notícia.

“Não dá para dizer que Bolsonaro perdeu sua influência sobre as Forças Armadas, e, mesmo que tenha perdido, militar não tem voto no Congresso. O mercado está mais interessado em saber se vão ser aprovadas as reformas ou não, e aparentemente Bolsonaro se aproximou do centro.”

Para analistas, a reforma ministerial promovida pelo presidente na segunda (29), com acenos ao centrão — como ao colocar uma deputada do grupo, Flávia Arruda (PL-DF), para comandar a Secretaria de Governo — aumenta a possibilidade de aprovação de reformas, que reduziram o déficit fiscal.

“A governabilidade sem sombra de dúvida irá melhorar”, diz Antonio Van Moorsel, sócio da Acqua Investimentos.

“O mercado está gostando das notícias recentes de troca de ministros e não está mudando preço por causa da mudança do comando dos militares”, diz Daniel Miraglia, economista-chefe do Grupo Integral.

A interpretação de analistas é que os ativos de mercado refletiram uma melhora no desemprego e a expectativa de mudanças de Orçamento.

Fevereiro teve abertura líquida (contratações menos desligamentos) de 401,6 mil vagas, acima do registrado em janeiro e do mesmo período do ano passado, segundo dados do Caged (Cadastro Geral

de Empregados e Desempregados), divulgados nesta terça. O número veio acima do esperado. A estimativa mediana de economistas consultados pela Bloomberg era de 257,5 mil vagas.

“Eu esperava que [a saída dos três comandantes das Forças Armadas] tivesse um impacto negativo semelhante ao da Petrobras. Talvez mercado esteja com tantas notícias para absorver, que esta teve repercussão menor”, afirma Van Moorsel.

Nesta terça, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou que o Congresso está aberto a discutir com o governo eventuais correções ao Orçamento de 2021, que foi aprovado priorizando emendas parlamentares.

O Ministério da Economia

considera difícil Bolsonaro sancionar o Orçamento com o formato aprovado pelo Congresso, sob risco de o governo cometer crime de responsabilidade ao assinar o texto.

“O cenário político está no momento mais delicado deste governo. Mais danças de cadeiras nos ministérios podem acontecer se não conseguirmos abrigar todas as emendas e atender os interesses políticos do centrão”, diz Camilla Abdelmalack, economista-chefe da Veedha.

Ela também aponta as declarações do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, nesta terça como positivas para os ativos.

Em evento, ele reiterou que o Copom (Comitê de Política Monetária do BC) elevou a taxa básica de juros (Selic) em ritmo mais rápido que o esperado pelo mercado por entender que, com o movimento transitório de inflação em alta, dessa forma poderia entregar um orçamento menor de juros. Contudo, ele alertou que um fiscal descontrolado reduz a eficiência da política monetária.

Campos Neto comentou que, em conversas com outros banqueiros centrais nos últimos meses, percebeu leniência com a inflação, que antes do “reflation trade” parecia um problema distante.

O chefe do BC disse que o Brasil, à sua maneira, importou o conceito de que a inflação estava “morta”, mesmo num período de fiscal doméstico ainda preocupante.

O “reflation trade” é um fenômeno que ocorre quando

investidores adotam estratégias voltadas a ativos que tendem a se valorizar em tempos de maior inflação na esteira de recuperação de crises.

“No caso do Brasil, com a nossa história, memória inflacionária recente, nós deveríamos mostrar um cuidado especial. O BC está muito atento à inflação, sempre com muita transparência.”

Do lado fiscal, o presidente do BC citou que o Brasil só não é mais endividado entre países em desenvolvimento do que Angola e Líbia.

“É muito difícil você segurar o monetário quando o fiscal está descontrolado”, afirmou. “Precisamos ter um pano de consolidação fiscal. Sempre digo que, nesse sentido, o BC não é o piloto, é o passageiro. Se a gente não conseguir achar equilíbrio fiscal, o lado monetário fica bem menos eficiente.”

Para analistas, Campos Neto passou a mensagem de que o ciclo de alta de juros vai ser mais ameno.

Participantes do mercado também dizem perceber que o ritmo de vacinação da população tem ganhado corpo, o que explica o forte desempenho de papéis de aéreas, shopping centers na sessão. Cerca de 10,1% da população adulta foi vacinada com a primeira dose no Brasil.

A maior alta do Ibovespa foi da Embraer, que disparou 9,3%. Gol avançou 8,56% e Azul, 6,94%. No mesmo grupo duramente afetado pela pandemia de Covid-19, CVC Brasil subiu 5,57%.

Com Reuters

“

O mercado está gostando das notícias recentes de troca de ministros e não está mudando preço por causa da mudança do comando dos militares

Daniel Miraglia
economista-chefe
do Grupo Integral

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 31/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/3
Título: Guedes apela a políticos por Orçamento **Impacto:** Neutro

< Continuação de 1

Guedes apela a políticos por Orçamento

Guedes pede compromisso com saúde e fiscal. Tesouro vê risco de retrocesso nas contas públicas

MANOEL VENTURA, FERNANDA TRISOTTO, GERALDA DOCA E NATÁLIA PÓRTINARI economia@oglobo.com.br BRASÍLIA (Colaborou Gabriel Shinohara)

Enquanto governo e Congresso tentam avançar em uma solução política para destravar o impasse do Orçamento, in-

tegrantes do alto escalão da equipe econômica vieram a público pela primeira vez para apelar aos parlamentares que revejam manobras fiscais que podem inviabilizar a gestão dos gastos públicos neste ano. O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que os entendimentos políticos devem caber nas contas do governo e pregou responsabilidade orçamentária. O secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, afirmou que o texto pode caracterizar um retrocesso no controle das contas



Guedes. Ele diz que acordos políticos devem caber nos orçamentos

públicas.

Pela manhã, Guedes fez um alerta que chamou de “pedido de entendimento”:

— Esse é o meu pedido de entendimento a todos nós: para que os entendimentos políticos caibam nos orçamentos públicos, para que a gente cumpra o duplo compromisso, com a saúde dos brasileiros e responsabilidade orçamentária —disse, durante divulgação dos dados de emprego.

Segundo o ministro, o apelo da equipe econômica leva em consideração a necessidade de mais gastos para combater a pandemia.

— Não quer dizer que tem que ficar estritamente dentro do teto o que for relacionado a Covid, mas que tem que ser com valor definido, propósito específico e extraordinariamente, não são gastos recorrentes —disse o ministro.

EMENDAS EM VALOR RE-

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 31/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/3
Título: Guedes apela a políticos por Orçamento

À tarde, foi a vez de Funchal se manifestar. Em nota, o Tesouro afirmou que o corte de despesas obrigatórias para elevar emendas parlamentares “deteriora a transparência da utilização dos recursos públicos” e representa “retrocesso” no controle de gastos públicos.

“Esse recurso pode ser visto como um retrocesso para o controle das contas públicas, justamente no momento em que o país precisa fortalecer as regras existentes”, diz o texto, divulgado junto com o resultado das contas públicas de fevereiro, que apontou déficit de R\$ 21,2 bilhões.

Em entrevista coletiva, o secretário reforçou o alerta que vinha sendo dado nos bastidores por integrantes da equipe econômica: se o Orçamento não for corrigido, o governo pode ter que fazer um bloqueio de recursos que

inviabilizaria a prestação de serviços à população.

—Se for resolver (o excesso de gastos) tudo nas discricionárias (gastos livres, como custeio e investimentos), vai ficar muito abaixo do funcionamento da máquina. A gente vai ter problema para gerir a máquina, que é de R\$ 70 bilhões —disse Funchal.

Sem citar o impasse no Orçamento, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, falou sobre acrise nas contas públicas ontem. Segundo ele, um dos assuntos que lhe “tiram o sono”.

— Eu diria que o que tira meus onos hoje é (anexos sida dede) ter certeza que agente vai para mesquem ade vacinação eficiente eter certeza que agente vai conseguir atingir um equilíbrio fiscal—disse em evento com investidores.

As manifestações são amais recente ofensiva de uma crise que estourou semana passada, quando parlamentares subestimaram a previsão de gastos obrigatórios, como a Previdência, para abrir artificialmente espaço para ampliar o valor de emendas destinadas a obras. Segundo estimativa que deve ser divulgada hoje pela Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados, só as despesas com aposentadorias e pensões, por exemplo, deveriam estar previstas em R\$ 720,3 bilhões, mas a proposta que foi para sanção presidencial projeta que o gasto será de R\$ 608,5 bilhões —diferença de mais de R\$ 20 bilhões.

A negociação resultou em um valor recorde para emendas parlamentares, incluindo as destinadas pelo relator, bancadas e individualmente por deputados e senadores: R\$ 47,4 bilhões. Com o remanejamento que aumentou

as emendas, o Ministério do Desenvolvimento Regional ganhou R\$ 8,6 bilhões em emendas. O órgão destina esses valores para obras contra a seca, recapeamento de estradas, construção de adutoras, entre outros investimentos que trazem visibilidade para parlamentares. O investimento individual mais volumoso no Ministério do Desenvolvimento Regional nos acréscimos do Orçamento envolve R \$155 milhões para a integração do Rio São Francisco às bacias do Jaguaribe(CE), Apodi e Piranhas-Açu (RN).

Presidente da Comissão Mista do Orçamento (CMO), a deputada Flávia Arruda (PLDF) foi indicada na segunda-feira para a Secretaria de Governo, ministério que funciona no Palácio do Planalto e responsável pela articulação política com o Congresso. Ela assume no lugar de Luiz Eduardo Ramos, transferido para a Casa Civil. Flávia te-

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 31/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 3/3

Título: Guedes apela a políticos por Orçamento



Funchal. Secretário do Tesouro vê risco de paralisia da máquina pública

rá de lidar com o Orçamento “ine-
xequível” que ajudou a construir, mas
do outro lado do balcão.

A solução para o entrave está sendo avaliada entre técnicos do governo e do Congresso. Eles afirmam que será preciso uma negociação política com a cúpula da Câmara e do Senado para aparar as arestas e encontrar um meio termo entre o que querem os parlamentares e o que deseja o governo.

CORTE DO PRÓPRIO RELATOR

Uma possibilidade que ganhou força ontem foi o relator, senador Márcio Bittar (MDBAC), cancelar parte das despesas que criou (que somam R\$ 26 bilhões) depois da sanção do Orçamento. O dinheiro seria usado para recompor, por decreto, a dotação das despesas obrigatórias, especialmente a Previdência. Isso seria possível após a sanção presidencial e apenas o relator poderia cancelar suas despesas por ofício, ou seja, por conta própria.

Nesse caso, a discussão seria quais obras seriam cortadas para acomodar as despesas com a Previdência. O governo pode vetar parte das emendas do relator ou outros gastos e enviar um projeto para ajustar o Orçamento depois da sanção. O veto integral ao Orçamento está praticamente descartado, pois exigiria que o processo começasse do zero.

Sobre o risco de o presidente Jair Bolsonaro ser responsabilizado pelo Orçamento “maquiado”, o entendimento dos técnicos é que a sanção não implica necessariamente irregularidade por parte do governo. Nesse sentido, só ocorreria crime se o governo não contingenciar (bloquear despesas) ao longo da execução orçamentária, caso não haja correção no Orçamento; ou se as despesas obrigatórias não forem pagas.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 31/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/2
Título: Reedição da MP 936 custará R\$ 10 bi, diz secretário de Guedes **Impacto:** Neutro

Reedição da MP 936 custará R\$ 10 bi, diz secretário de Guedes

Medida pode ficar fora do teto de gastos, via crédito extraordinário. Nos bastidores, se discute decretar calamidade para bancar programa

FERNANDA TRISOTTO E GERALDA DOCA, economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

O secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, disse ontem que o custo da nova edição do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) ficará em torno de R \$10 bilhões. Ele afirmou ainda que a iniciativa, edita dano ano passado por meio da medida provisó-



Padrão. Segundo Bianco, novo programa deve seguir os mesmos moldes de 2020

ria (MP) 936, pode ficar fora do teto de gastos — regra fiscal que limita o aumento das despesas à inflação.

— Estimamos o custo do novo BEm em algo próximo a R\$ 10 bilhões, ainda estamos fechando esse valor — declarou, durante apresentação dos dados sobre o mercado de trabalho em fevereiro.

Bianco explicou que está em estudo a possibilidade de financiara ação por meio de créditos extraordinários:

— Estamos ponderando a utilização de crédito extraordinário, que nos permitiria não nos valeremos de algumas regras fiscais, como o teto de gastos.

O secretário destacou, no entanto, que, ainda que tenha sinalização do uso de créditos extraordinários, o governo precisa aguardar solução do impasse

do Orçamento — considerado inexecutable na forma que foi aprovado — para ter a segurança necessária.

No ano passado, o programa vigorou entreabri lede zembro. A medida prevê que a União compense parte da perda salarial do trabalhador afetado pelos acordos de suspensão de contrato e redução de jornada e salário. Por isso, há impacto sobre as contas públicas.

A primeira rodada do BEm custou ao governo cerca de R\$ 33 bilhões em 2020. O gasto emergencial foi possível porque o país estava oficialmente em calamidade pública, o que suspendeu regras fiscais.

Nos bastidores, integrantes do governo passaram a defendernos últimos dias reeditar o decreto de calamidade para renovar o programa de preservação de empregos, diante da falta de

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 31/03/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/2
Título: Reedição da MP 936 custará R\$ 10 bi, diz secretário de Guedes

fontes alternativas de financiamento.

Segundo técnicos da equipe econômica, a abertura de um crédito extraordinário não resolveria o problema. Apesar de ficar fora do teto, ainda seria necessário apontar uma fonte de custeio, por causa do cumprimento da meta fiscal, que é de déficit de R\$ 247 bilhões.

Técnicos da Secretaria de Trabalho estimam que há R \$8 bilhões dos chamados restos a pagar, recursos destinados ao programa no ano passado que sobraram. Porém, dados da comissão de Orçamento apontam que o valor foi reduzido a R\$ 4 bilhões, devido a cancelamentos. Além disso, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PFGN) tem dúvidas se a verba poderia ser utilizada para essa finalidade.

A prerrogativa de decretar estado de

calamidade é do presidente Jair Bolsonaro, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, é contra a medida, segundo auxiliares. O argumento é que ela poderia sinalizar ao mercado descontrolado das contas públicas ao abrir brecha para outras demandas.

Contudo, o governo não está encontrando solução que não afete o cumprimento da meta. Uma saída seria encaminhar ao Congresso projeto para alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), ampliando a previsão de rombo. Mas essa alternativa também teria efeitos negativos no mercado.

VALIDADE POR ATÉ 4 MESES

O governo conseguiu aprovar no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo aos Trabalhadores (Codefat) o adiamento das despesas com abono salari-

al. A ideia era financiar a nova edição do BEm, mas o espaço foi preenchido por emendas de parlamentares na aprovação do Orçamento.

De acordo com o secretário, a pasta defende que a nova versão do programa siga os moldes do ano passado, que permitiu a suspensão de contratos de trabalho e a redução proporcional de salário e jornada. Na nova rodada, os acordos de redução salarial teriam validade de dois meses, prorrogáveis por igual período, segundo fontes a par das negociações.

— (Defendemos) um programa exatamente igual ao do ano passado, obviamente com mudanças de prazo, tudo a depender de questões a serem avaliadas pelo presidente da República junto conosco — explicou Bianco.

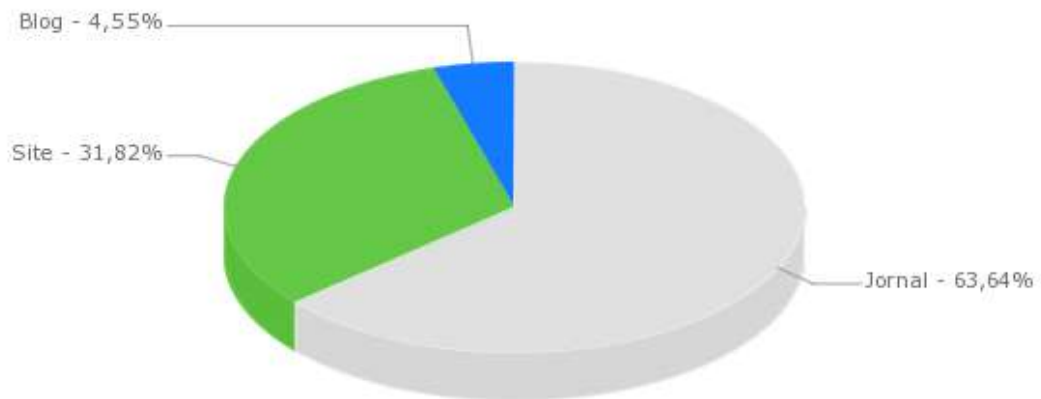
Clippings

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat.	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
30/03/21	CNC	Site			Para Fecomércio-RN, consumidores devem gastar menos de R\$ 100 nessa Páscoa	Positivo	Matéria		A			
30/03/21	Mossoró Notícias	Site		RN	Páscoa: mossoroenses devem gastar menos de R\$ 100 com chocolates	Positivo	Matéria		B			
30/03/21	TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site			Sistema Fecomércio RN leva música e poesia a profissionais de saúde e segurança públicas	Positivo	Matéria		B			
30/03/21	Blog da Juliska	Blog	Natal	RN	Sesc seleciona mediadores em artes visuais	Positivo	Matéria		B			
31/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Estado teve R\$ 750,9 milhões para livre destinação em 2020	Neutro	Matéria		A			
31/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Prévia da carga tributária caiu para 31,64% do PIB	Neutro	Matéria		A			
31/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Ipea projeta crescimento de 3% do PIB em 2021	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
31/03/21	Estadão	Jornal		DF	Comissão da reforma faz um ano, não avança, mas ganha sobrevida	Neutro	Matéria		A			
31/03/21	Estadão	Jornal		DF	Silva e Luna descarta cavalo de pau na Petrobrás	Neutro	Matéria		A			
31/03/21	Estadão	Jornal		DF	Impasse trava corte de emendas do Orçamento	Neutro	Matéria		A			
31/03/21	Estadão	Jornal		DF	País criou mais de 400 mil vagas em fevereiro	Neutro	Matéria		A			
31/03/21	Estadão	Jornal		DF	Raízen contrata bancos e pode realizar um dos maiores IPOs da Bolsa brasileira	Neutro	Matéria		A			
31/03/21	Estadão	Jornal		DF	Moda sem gênero cresce e alavanca pequenas marcas	Neutro	Matéria		A			
31/03/21	Estadão	Jornal		DF	Estudo traça mapa de oportunidades na bioeconomia	Neutro	Matéria		A			
31/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Orçamento fictício leva equipe de Guedes a ameaçar nova debandada	Neutro	Matéria		A			

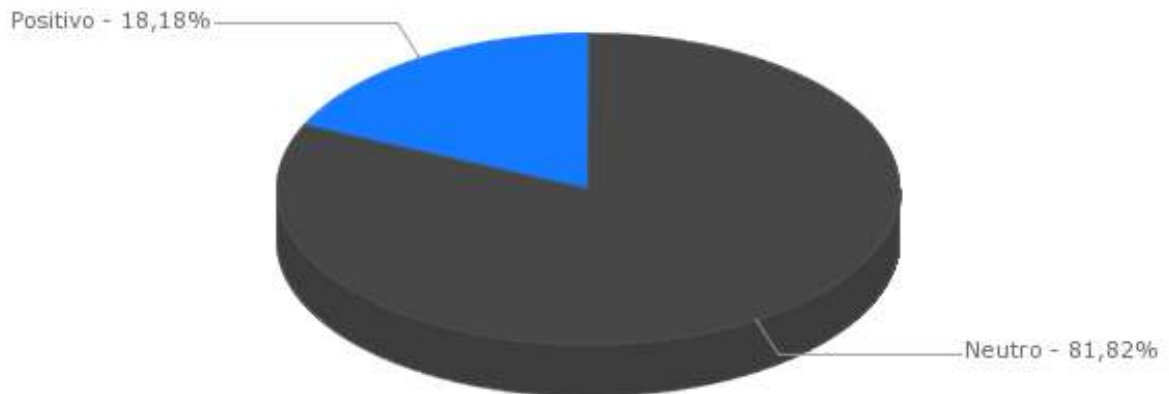
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
31/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Em novo embate, Guedes quer reduzir verba de Marinho após emendas	Neutro	Matéria		A			
31/03/21	Estadão	Jornal		DF	Covid completa um ano de efeitos no mercado de trabalho	Neutro	Matéria		A			
31/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Por que economistas chamam Orçamento de 'peça de ficção'	Neutro	Matéria		A			
31/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Mercado ignora maior crise militar em quase 45 anos, e Bolsa sobre 1,23%	Neutro	Matéria		A			
31/03/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Guedes apela a políticos por Orçamento	Neutro	Matéria		A			
31/03/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Reedição da MP 936 custará R\$ 10 bi, diz secretário de Guedes	Neutro	Matéria		A			
31/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Rio Grande do Norte tem melhor fevereiro em 10 anos	Neutro	Matéria		A			
Qtde.: 22												

Clippings por Tipo de Mídia



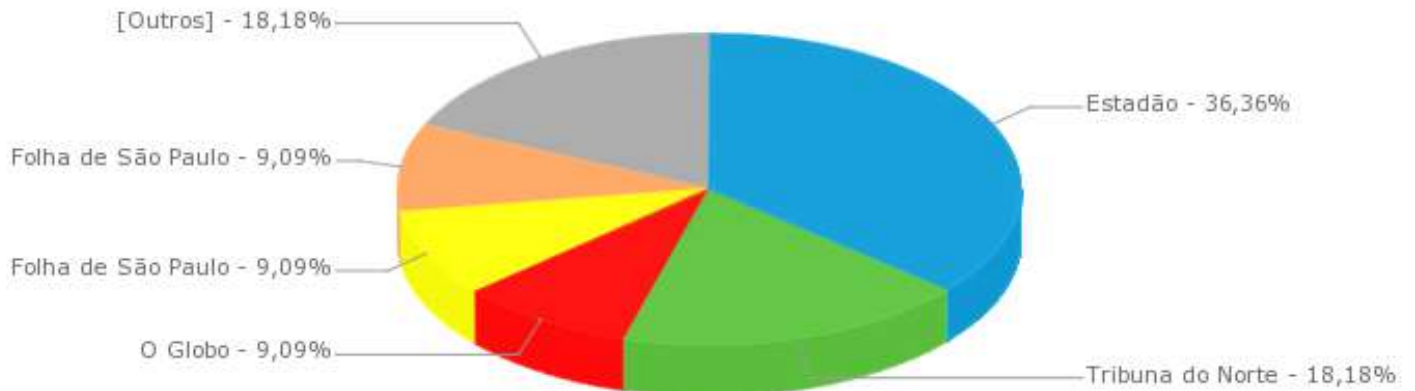
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Jornal	14	63,64 %
Site	7	31,82 %
Blog	1	4,55 %
Total:		22

Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	18	81,82 %
Positivo	4	18,18 %
		Total: 22

Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
Estadão	Jornal	8	36,36 %
Tribuna do Norte	Site	4	18,18 %
O Globo	Jornal	2	9,09 %
Folha de São Paulo	Jornal	2	9,09 %
Folha de São Paulo	Jornal	2	9,09 %
Blog da Juliska	Blog	1	4,55 %
TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site	1	4,55 %
CNC	Site	1	4,55 %
Mossoró Notícias	Site	1	4,55 %
			Total: 22